

2018

RELATÓRIO E CONTAS



 **COFRE**

DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO
Transparência | Rigor | Proximidade | Responsabilidade Social

COFRE DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO

www.cofre.org

ÍNDICE

RELATÓRIO	4
I – APRESENTAÇÃO DO COFRE.....	4
1. MOVIMENTO ASSOCIATIVO	4
2. ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS USUFRUÍDOS PELOS SÓCIOS	9
II – EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES DO COFRE	13
1. QUOTIZAÇÃO	13
2. FINANCIAMENTOS.....	14
3. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS.....	14
4. ARRENDAMENTO DE PRÉDIOS.....	15
III – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	16
1. RENDIMENTOS, GASTOS E RESULTADOS DAS ATIVIDADES.....	16
2. CRESCIMENTO.....	21
3. RENTABILIDADE	22
4. RESERVAS MATEMÁTICAS	23
IV. – NOTAS SOBRE O ANO DE 2018 E ANTEVISÃO DE 2019	24
MAPAS OBRIGATÓRIOS.....	27
BALANÇO	28
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA.....	29
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	30
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2017 E 2018	31
ANEXO	32
MAPAS COMPLEMENTARES.....	48
DIFERENÇA ENTRE AS VERBAS ORÇAMENTADAS E AS DESPENDIDAS	49
NO ANO DE 2018.....	49
MAPA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E QUOTIZAÇÃO DE 2018	51
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	54
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	58

RELATÓRIO

Em cumprimento dos Estatutos do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado (Cofre), o Conselho de Administração submete à apreciação dos associados o Relatório e Contas do exercício relativo ao ano fiscal findo a 31 de dezembro de 2018. Neste documento passar-se-á em revista a atividade desenvolvida pela Instituição, bem como os dados da sua situação econômico-financeira.

Toda esta informação é essencial para que os sócios possam ficar com o total conhecimento da situação presente do Cofre e dos fortes condicionalismos ainda existentes. A publicação de um conjunto de Mapas Obrigatórios é igualmente um instrumento fundamental para uma radiografia, datada do final do ano transato, desta Instituição que tem já mais de um século de vida.

I – APRESENTAÇÃO DO COFRE

1. MOVIMENTO ASSOCIATIVO

ANÁLISE DO TRIÊNIO

	Sócios	2016	2017	2018	%2016/2018
Entradas	Admitidos	804	747	727	-9,58
	Readmitidos	11	6	17	54,55
	Total	815	753	744	-8,71
Saídas	Eliminados:				
	Por incumprimento a)	115	82	107	-6,96
	A pedido do sócio b)	254	243	258	1,57
	Total Eliminados	369	325	365	-1,08
	Falecidos	769	742	823	7,02
	Total Eliminados + Falecidos	1.138	1.067	1.188	4,39
	Existentes	48.973	48.659	48.215	-1,55

a) Houve uma subida;

b) Os motivos dos pedidos de eliminação são essencialmente financeiros e pessoais.

Quadro I

	Sócios Existentes	%
2016	48.973	-0,66
2017	48.659	-0,64
2018	48.215	-0,91

Quadro II

Como se pode verificar pelos quadros I e II, a evolução do movimento associativo no triénio em análise, caracterizou-se por um decréscimo do número total de sócios. O número de novas admissões não permitiu colmatar o número de sócios falecidos e eliminados.

- **DISTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS POR DISTRITOS**

A distribuição geográfica dos sócios pelo País corresponde na generalidade à distribuição dos funcionários públicos, com exceção dos distritos de Lisboa e de Setúbal, os quais ultrapassam em 16.410 o número de sócios dos restantes distritos.

DISTRITO	Nº de Sócios
Aveiro	898
Beja	420
Braga	834
Bragança	222
Castelo Branco	563
Coimbra	1.047
Évora	796
Faro	1.078
Guarda	330
Leiria	967
Lisboa	22.553
Portalegre	1.016
Porto	3.508
Santarém	1.788
Setúbal	9.252
Viana do Castelo	444
Vila Real	389
Viseu	695
Madeira	281
Açores	525
Estrangeiro	594
Incompleto	15
TOTAL	48.215

Quadro III

- **DISTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS POR FAIXAS ETÁRIAS**

A distribuição dos associados por faixas etárias está evidenciada no gráfico 1 e no Quadro IV:



Gráfico 1

Na distribuição dos associados por faixas etárias verifica-se que a percentagem 3,77 % dos sócios inscritos – 1.817 – corresponde às idades compreendidas entre os 19 e os 40 anos. Trata-se de um número muito baixo, suscetível de colocar em risco a sustentabilidade do Cofre no futuro.

Idades	2017		2018	
	Nº Sócios	%	Nº Sócios	%
19 a 40 anos	2.256	4,63	1.817	3,77
41 a 60 anos	20.826	42,80	20.113	41,72
61 a 80 anos	20.289	41,70	20.980	43,51
> 80 anos	5.288	10,87	5.305	11,00
	48.659	100	48.215	100

Quadro IV

- **COMUNICAÇÃO COM OS SÓCIOS**

A aposta na Comunicação como instrumento de transparência, rigor e proximidade baseia-se no valor da conexão e transmissão de informação aos associados do Cofre. A contínua utilização e reforço dos meios digitais, resulta numa partilha mais económica e eficiente dos conteúdos institucionais, tendo-se registado um crescimento progressivo na adesão dos sócios às novas tecnologias.

A análise da interação com os respetivos meios é medida pelo número de entregas, aberturas, respostas, comentários ou reações, e pela contínua análise estatística de todos os indicadores disponíveis ao estudo do alcance dos conteúdos remetidos.

A estratégia multicanal apoia uma maior abrangência da divulgação do Cofre e dos seus serviços e valências, com vista a uma crescente conversão em aquisição de serviços do Cofre,

quer no que se refere às suas regalias sociais, quer na divulgação dos produtos Cofre-Abreu ou na ocupação dos Centros de Lazer.

COMUNICAÇÃO OFFLINE

Revista

Este é o suporte de eleição para comunicação com os associados, sendo disponibilizada em formato em papel e em versão digital. Com uma tiragem média de 43.000 exemplares, a Revista Cofre é enviada trimestralmente para a morada dos sócios. Durante o ano de 2018, foi lançado o formato digital da Revista, que é enviada via email para os mais de 5.600 associados que aderiram a este modelo mais ecológico.

Guias de Acolhimento

Consolidando uma linha de comunicação próxima e facilitada com os associados e utentes, foram preparados Guias de Acolhimento aos estudantes universitários alojados nas Residências Universitárias do Cofre, proporcionando um acesso mais simples às questões frequentemente apresentadas, bem como algumas dicas, sugestões e principais normas de funcionamento.

Materiais Internos

Associado aos procedimentos do Cofre, existe um conjunto de materiais de uso regular quer pelos serviços, quer pelos associados. No sentido de uniformizar a imagem institucional procedeu-se à reformulação dos modelos existentes tanto dos formulários, como dos regulamentos internos.

COMUNICAÇÃO ONLINE

Newsletter

Este meio torna a comunicação periódica mais imediata e dinâmica, tendo uma cadência quinzenal. Através deste formato são difundidas informações diversificadas, sejam de carácter institucional, campanhas promocionais, eventos, programas ou protocolos.

A newsletter é enviada utilizando a plataforma E-goi, e em 2018 foram realizados 32 envios aos 23.033 sócios que dispõem de endereço de email. Esta plataforma é também usada para o envio da mensagem de aniversário assim como os questionários de satisfação dos Centros de Lazer e das viagens Cofre- Abreu, endereçados aos sócios.

Site

Relativamente ao canal digital privilegiado na comunicação aos sócios, verifica-se que os visitantes mais frequentes são pessoas com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos e maioritariamente do género feminino. Durante o ano em análise, o site registou uma média mensal de 10.197 visitas, sendo que os valores mais elevados foram atingidos nos meses de maio e junho. Ao longo do ano, o site alcançou os 90.127 utilizadores, totalizando 968.351 visualizações de páginas.



Gráfico 2

Facebook

Esta rede social consolidou a sua importância enquanto canal de comunicação e proximidade com os associados da instituição, existindo um número crescente de pedidos de informação por esta via. Implementada em 2015, a página de Facebook tem crescido de forma constante e unicamente de forma orgânica, isto é, sem qualquer investimento em publicidade.

O ano termina com um total de **383** publicações elaboradas e partilhadas, tendo alcançado 5.407 seguidores da página, significando, à semelhança do ano anterior, um acréscimo de aproximadamente 900 seguidores.



Gráfico 3

Na continuidade do que foi aferido em anos anteriores, a maioria dos seguidores têm idades compreendidas entre os 45 e os 64 anos, sendo maioritariamente do género feminino.



Gráfico 4



Gráfico 5

2. ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS USUFRUÍDOS PELOS SÓCIOS

- **REEMBOLSO DE VENCIMENTOS PERDIDOS POR MOTIVO DE DOENÇA**

No ano de 2018 foram processados 3.652 reembolsos. Este número correspondeu ao montante atribuído de 697.817,71€. Comparativamente com o ano de 2017, verificou-se, assim, um aumento de 115.940,13€ (19,93 %).

- **BOLSAS DE ESTUDO E SÊNIOR**

No ano de 2018 foram atribuídas seis bolsas para o ensino superior, quinze para o ensino secundário, com os valores mensais de 250,00 € e 75,00 € respetivamente, para um período temporal de 10 meses. Foram, ainda, atribuídas três bolsas seniores, com valores entre os 200,00 € e 300,00 €, para um período temporal de 12 meses.

- **CENTROS DE LAZER**

A Unidade de Turismo Rural, na Covilhã, registou 43,32 % de ocupação em 2018. No ano de 2017 a ocupação registada foi de 42,05 %, pelo que se verifica um aumento de 1,27 %.

O Centro de Lazer, na Praia do Vau, registou em 2018 uma média de ocupação mensal de 56,77 %. Em 2017 aquela percentagem foi de 53,15 %, sendo o seu aumento de 3,62 %.

- **RESIDÊNCIAS SENIORES**

A Residência de Loures registou uma ocupação de 82,03 % da sua capacidade de 51 utentes, ou seja, um aumento de 9,81 % relativamente a 2017. O novo alvará, que aumentou a capacidade desta unidade para 51 camas, foi emitido em abril de 2018, sendo que só a partir dessa data foram contactadas as pessoas que se encontravam em lista de espera e se começou a ocupar as novas camas existentes.

A Residência de Vila Fernando, com capacidade para 30 utentes, registou uma ocupação de 100 % da capacidade instalada. Verifica-se, deste modo, um aumento da taxa de ocupação de mais 1,39 % relativamente a 2017.

- **RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS**

A Residência Universitária de Lisboa registou uma ocupação de 83,33 % da sua capacidade para 29 residentes. Em 2017 a ocupação foi de 78,74 %, registando-se mais 4,59 % de ocupação.

A Residência Universitária do Porto registou uma ocupação de 85,00 % da capacidade para 15 residentes. Em 2017 a ocupação foi de 72,22 %, ou seja mais 12,78 % de ocupação.

- **FINANCIAMENTOS AOS SÓCIOS**

PARA AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO PRÓPRIA

No exercício objeto de análise, foram efetuadas 23 escrituras para satisfação de pedidos de financiamento requeridos, no total de 1.375.058,76 €. De assinalar, ainda, que no final do ano de 2018 deixou de existir a lista de espera de inscrições para empréstimos à habitação.

ABONOS REEMBOLSÁVEIS

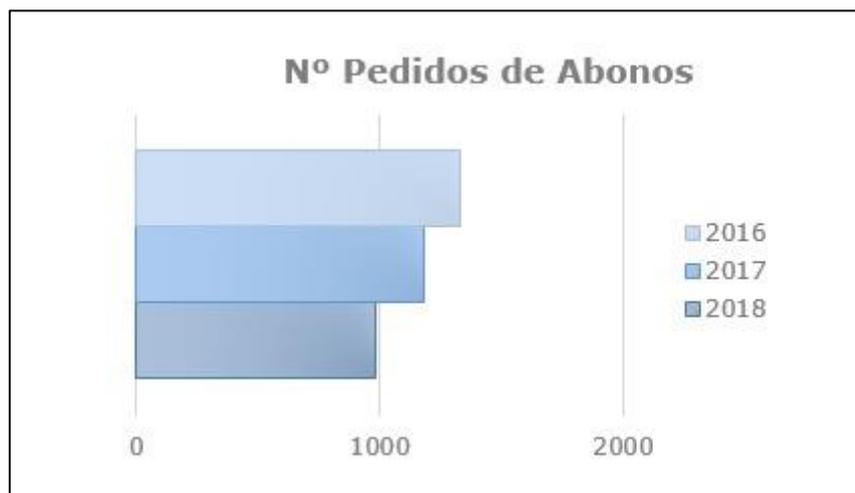


Gráfico 6

No financiamento em causa, atenderam-se 980 pedidos, correspondendo a um financiamento no total de 3.609.860 €.

ANOS	PEDIDOS	VALOR
2016	1.331	5.092.043 €
2017	1.178	4.463.733 €
2018	980	3.609.860 €

Quadro V

- SUBSÍDIOS POR MORTE**

RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS PELO COFRE

Os subsídios por morte vencidos ascendiam, no final de 2017, a 127.190.821,48 €. Em 2018, o valor desta responsabilidade subiu para 128.327.978,90 €, o que equivale a um crescimento anual de 0,89 %.

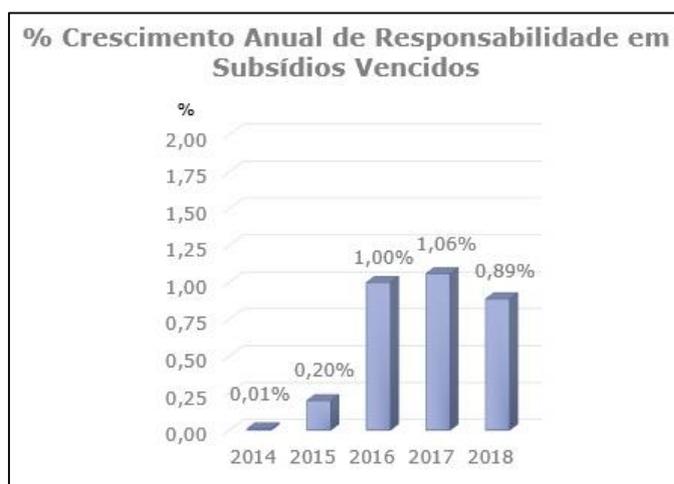


Gráfico 7

Responsabilidades em Subsídios Vencidos		
Anos	Valor	%
2014	124.364.730,11	0,01
2015	124.614.600,25	0,20
2016	125.856.711,88	1,00
2017	127.190.821,48	1,06
2018	128.327.978,90	0,89

Quadro VI

O valor médio por sócio no final de 2017 era de 2.613,92 €, crescendo em 2018 para 2.661,58 €, ou seja, um aumento de 1,82 %.

SUBSÍDIOS POR MORTE PROCESSADOS NO ANO

Em 2018 foram concluídos 823 processos de subsídio por morte, no valor total de 733.297,75 €. Relativamente a 2017 houve uma subida de 77.517,17 € (11,82 %).

- RENDAS VITALÍCIAS**

No decurso do exercício de 2018 e em conformidade com o Art.º 25º dos Estatutos, 108 associados optaram por transformar o subsídio por morte em renda vitalícia a seu favor, mais 9 do que o ano anterior.

- **VIAGENS E TURISMO**

Em 2018, 85 associados e 105 familiares beneficiaram do protocolo existente com a Agência de Viagens Abreu.

- **VIAGENS ESPECIAIS**

No ano de 2018, 292 associados e familiares participaram nas viagens organizadas pelo Cofre com a colaboração da Abreu Viagens.

Viagem	Data da realização	Número de participantes
Budapeste	12 a 15 de abril	34
Açores	6 a 12 de maio	31
Berlengas	27 de maio	43
Galiza e Ilhas Cies	1 a 3 de junho	30
Cruzeiro Ilhas Gregas e Dubrovnik	8 a 16 de junho	60
Polónia	10 a 17 de setembro	42
Argentina	12 a 23 de novembro	18
Alsácia do Sul	03 a 06 de dezembro	34
		292

Quadro VII

II – EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES DO COFRE

1. QUOTIZAÇÃO

Em 2018 os rendimentos provenientes das quotas registaram a continuação da tendência de crescimento verificado nos últimos anos (gráfico 8). No final do exercício, os rendimentos em causa totalizaram 3.572.773,60 € (+1,52%), mantendo-se, igualmente, a tendência de crescimento do valor médio anual/sócio, de 72,33 € para 74,10 € (+2,45 %) no exercício em análise.

O peso percentual desta receita no conjunto dos rendimentos do Cofre é de 47,81 %.



Gráfico 8

A interpretação numérica do gráfico 8 encontra-se no quadro retirado do Mapa de Movimento Associativo e Quotização no fim de cada exercício, como segue no quadro VIII.

EVOLUÇÃO DA QUOTIZAÇÃO EM 1000 €							
ANOS	QUOTIZAÇÃO ANUAL NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (1)		QUOTIZAÇÃO ANUAL NO FIM DO EXERCÍCIO			MÉDIA ANUAL QUOTIZAÇÃO/SÓCIO	
	Nº SÓC.	VALOR	Nº SÓC.	VALOR	%CRESC.	VALOR	%CRESC.
2011	52.453	3.329,04	51.975	3.347,93	1,62%	0,06441	2,55%
2012	51.975	3.368,74	51.163	3.376,47	0,85%	0,06599	2,45%
2013	51.163	3.381,26	50.363	3.370,56	-0,18%	0,06693	1,42%
2014	50.363	3.374,22	49.731	3.371,20	0,02%	0,06779	1,28%
2015	49.731	3.391,47	49.296	3.411,61	1,20%	0,06921	2,09%
2016	49.296	3.440,34	48.973	3.463,87	1,53%	0,07073	2,20%
2017	48.973	3.493,84	48.659	3.519,35	1,60%	0,07233	2,26%
2018	48.659	3.550,86	48.215	3.572,77	1,52%	0,07410	2,45%
2019	48.215	3.599,02					

(1) - Corresponde à quotização de 31 de Dezembro do exercício anterior, de acordo com a estrutura existente

(Mapa de Movimento Associativo e Quotização)

Quadro VIII

2.FINANCIAMENTOS

O financiamento direto à aquisição de habitação e obras de beneficiação totalizou 1.375.058,76€.

O financiamento de outras despesas através dos “subsídios reembolsáveis” revelou uma diminuição, quer em número de pedidos (-198), quer no montante concedido (-853.873 €), conforme se verifica no quadro V.

O rendimento global desta atividade foi no montante de 1.338.362,57 €, traduzindo um decréscimo de 8,28 % em relação ao ano de 2017.

3.PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

No ano de 2018 o rendimento resultante das Residências Seniores e Universitárias, Unidade de Turismo Rural da Covilhã e Centro de Lazer do Vau ascenderam a 1.942.856,12 €, mais 235.690,17 € relativamente a 2017 (+13,81 %), (quadros IX e IX 1).

O peso percentual desta atividade no conjunto dos rendimentos do Cofre é de 26,00 %.

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	Valor	%
Residência para Seniores - Loures	546.676,74	28,14
Residência para Seniores - Vila Fernando	360.656,75	18,56
Centro de Férias - Vau	575.023,03	29,60
Unidade de Turismo Rural - Covilhã	330.954,91	17,03
Residência Universitária - Porto	50.051,89	2,58
Residência Universitária - Lisboa	79.492,80	4,09
Total	1.942.856,12	100

Quadro IX

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2017	2018	Variação %
Residência para Seniores - Loures	433.595,07	546.676,74	26,08
Residência para Seniores - Vila Fernando	314.917,75	360.656,75	14,52
Centro de Férias - Vau	540.080,47	575.023,03	6,47
Unidade de Turismo Rural - Covilhã	313.011,99	330.954,91	5,73
Residência Universitária - Porto	41.180,25	50.051,89	21,54
Residência Universitária - Lisboa	64.380,42	79.492,80	23,47
Total	1.707.165,95	1.942.856,12	13,81

Quadro IX.1

4. ARRENDAMENTO DE PRÉDIOS

Em 2018, a atividade relacionada com o arrendamento de prédios subiu em relação ao ano anterior, obtendo-se mais 24.958,58 €. O peso percentual desta atividade situa-se nos 4,38 % do total dos proveitos.

III – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Neste Relatório, tal como nos anteriores, procede-se à análise do desempenho de gestão e suas repercussões na situação económica e financeira do Cofre por comparação com valores obtidos em exercícios anteriores. Esta análise assenta em quatro pontos básicos:

1. RENDIMENTOS, GASTOS E RESULTADOS DAS ATIVIDADES

2. CRESCIMENTO

3. RENTABILIDADE

4. RESERVAS MATEMÁTICAS

Sendo a análise construída por comparação com valores de exercícios anteriores, importa sustentar a construção das peças integrantes das Demonstrações Financeiras, em consonância com os conceitos de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), principalmente os “Mapas” que apuram os resultados dos factos ocorridos durante o exercício económico.

1. RENDIMENTOS, GASTOS E RESULTADOS DAS ATIVIDADES

• RENDIMENTOS E GANHOS

RENDIMENTOS POR NATUREZA / ATIVIDADES	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	QUOTAS	RENDAS PROPRIEDADES INVESTIMENTO	JUROS*	OUTROS**	TOTAL
SEDE	21.128,84	3.572.773,60		1.445.856,56	162.618,50	5.202.377,50
RESIDÊNCIA SENIOR DE LOURES	546.676,74					546.676,74
RESIDÊNCIA SENIOR DE VILA FERNANDO	360.656,75					360.656,75
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA PORTO	50.051,89					50.051,89
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA LISBOA	79.492,80					79.492,80
CENTRO DE FÉRIAS (VAU)	575.023,03					575.023,03
UNID. TURISMO COVILHÃ	330.954,91					330.954,91
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO			327.170,39			327.170,39
TOTAL	1.963.984,96	3.572.773,60	327.170,39	1.445.856,56	162.618,50	7.472.404,01

Quadro X

*Inclui juros de financiamento e das aplicações financeiras e depósitos a prazo.

**Inclui proveitos: subsídios prescritos, correções de exercícios anteriores e reversões de imparidades que ascendem a 146.166,07 €, no caso das imparidades e provisões são consideradas como rendimentos as reduções que na demonstração dos resultados são deduzidas aos aumentos (2.269,31 € em 2018 e 52.003,73 € em 2017).

RENDIMENTOS E GANHOS - COMPARAÇÃO 2017 E 2018

RENDIMENTOS E GANHOS	2017	2018	Variação %
Vendas e prestações serviços	1.735.100,89	1.963.984,96	13,19
Quotas	3.519.350,12	3.572.773,60	1,52
Rendas propriedades de investimento	302.211,81	327.170,39	8,26
Juros	1.610.092,48	1.445.856,56	-10,20
Outros	466.245,08	162.618,50	-65,12
TOTAL	7.633.000,38	7.472.404,01	-2,10

Quadro XI

COMPARTICIPAÇÃO DE CADA RUBRICA PARA O RENDIMENTO GLOBAL

DESIGNAÇÃO	2017	2018
Prestação de Serviços	22,73	26,28
Quotas	46,11	47,81
Rendas de propriedades de investimento	3,96	4,38
Juros	21,09	19,35
Outros	6,11	2,18
TOTAL	100%	100%

Quadro XII

Os valores percentuais de seguida referidos são calculados tendo por base o total de rendimentos.

- Os rendimentos relativos a “Vendas e Prestações de Serviços” realizadas nas Residências Seniores e Universitárias, Centro de Lazer da Covilhã e Centro de Lazer do Vau e comissões auferidas ascendem a 1.963.984,96 €. Este item corresponde a 26,28 % do total global dos rendimentos do Cofre.
- O valor de “Quotas” ascendeu a 3.572.773,60 €, representando 47,81 % do total global dos rendimentos.
- As rendas dos imóveis contribuíram com 327.170,39 €, correspondendo a 4,38 % do total global dos rendimentos. Nos rendimentos provenientes de “propriedades de investimento”, estão também incluídas as lojas do Centro Lazer do Vau.
- O apoio financeiro aos associados é variável em função do financiamento concedido, para aquisição de habitação própria, obras e abonos reembolsáveis. O conjunto desta atividade acrescido dos *juros* obtidos (depósitos a prazo) representam 19,35 % do total global dos rendimentos.

• **GASTOS**

Os gastos diretamente relacionados com as atividades operacionais constam deste quadro:

GASTOS POR NATUREZA / ATIVIDADES	CUSTOS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	FORNEC. E SERV. EXTERNOS	GASTOS C/ PESSOAL a)	GASTOS DE DEP. E AMORT. DE BENS	PROVISÕES	GASTOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	ENCARGOS C/ PROP. INVEST.	OUTROS	JUROS	TOTAL
Sede		587.266,21	1.231.824,83	87.434,65	1.797.268,49	1.556.454,46		301.022,43	2.891,44	5.564.162,51
Residência Sênior de Loures		331.527,12	573.200,68	144.211,67						1.048.939,47
Residência Sênior de Vila Fernando		202.147,19	302.980,29	53.486,18						558.613,66
Residência Universitária do Porto		37.124,97	25.326,19	30.827,96						93.279,12
Residência Universitária de Lisboa		46.772,50	15.702,68	36.912,78						99.387,96
Centro de Férias (Vau)		148.817,73	189.915,14	182.487,10						521.219,97
Unid. Turismo Covilhã	44.880,94	133.566,01	213.815,89	213.002,67						605.265,51
Propriedades de Investimento				161.038,00			86.223,03			247.261,03
TOTAL	44.880,94	1.487.221,73	2.552.765,70	909.401,01	1.797.268,49	1.556.454,46	86.223,03	301.022,43	2.891,44	8.738.129,23

a) Nesta rubrica estão também incluídas as contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social

Quadro XIII

GASTOS - COMPARAÇÃO 2017 E 2018

GASTOS	2017	2018	Varição %
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	44.398,04	44.880,94	1,09
Fornecimento e serviços externos	1.724.343,10	1.487.221,73	-13,75
Gastos com o pessoal	2.877.897,17	2.552.765,70	-11,30
Gastos de depreciação e amortização de bens	1.010.624,60	909.401,01	-10,02
Provisões	4.257.862,66	1.797.268,49	-57,79
Gastos de previdência social	1.350.921,59	1.556.454,46	15,21
Encargos com propriedades de investimento	72.611,16	86.223,03	18,75
Juros	1.535,11	2.891,44	88,35
Outros a)	102.256,91	301.022,43	194,38
TOTAL	11.442.450,34	8.738.129,23	-23,63

a) Inclui a imparidade de dívidas a receber, no valor de 259.999,94 €.

Quadro XIV

COMPARTICIPAÇÃO DE CADA RUBRICA NOS GASTOS GLOBAIS

DESIGNAÇÃO	2017	2018
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,39	0,51
Fornecimento e serviços externos	15,07	17,02
Gastos com o pessoal	25,15	29,21
Gastos de depreciação e amortização de bens	8,83	10,41
Provisões	37,21	20,57
Gastos de previdência social	11,81	17,81
Encargos com propriedades de investimento	0,63	0,99
Juros	0,01	0,03
Outros gastos	0,89	3,44
TOTAL	100%	100%

Quadro XV

Os números apresentados merecem as seguintes explicações:

- Os “Fornecimentos e serviços externos” onde se incluem a eletricidade, água, gás, conservação e reparação e outros gastos essenciais ao exercício das atividades, totalizam 1.487.221,73 €, correspondendo a 17,02 % do total dos gastos.
- Comparativamente com 2017, verifica-se uma diminuição de 13,75 % pelo decréscimo dos gastos em vigilância e segurança; honorários; conservação e reparação; rendas e alugueres; e comunicação.
- Em relação à rubrica vigilância e segurança, a diminuição deveu-se à resolução do contrato de vigilância para a Rua da Prata com a empresa Prosegur.
- Na rubrica honorários, a descida deveu-se à resolução do contrato de prestações de serviços na Covilhã.
- Relativamente à rubrica rendas houve também a resolução do contrato de arrendamento do armazém de Benfica.
- As “Amortizações” correspondem às depreciações dos bens móveis e imoveis, que representam 10,41 % do total dos gastos; houve uma diminuição de 10,02 %, em virtude de alguns bens ficarem totalmente amortizados no ano de 2017 e pela descida do investimento em equipamento.
- Os “Gastos para benefícios de previdência social” são os gastos com subsídios por morte, reembolsos de vencimentos perdidos por doença que, entre outros, totalizam 1.556.454,46 €, representando 15,21 % do total global dos gastos.
- As provisões são calculadas com base em estudo atuarial (3.957.862,66 € em 2017 e 1.797.268,49 € em 2018); o valor desceu 2.160.594,17 €, isto é, menos 54,59 %.

• **RESULTADOS DAS ATIVIDADES**

RENDIMENTOS E GASTOS POR NATUREZA / ATIVIDADES	RENDIMENTOS/ GANHOS	GASTOS	RESULTADO		Variação Valor
			2017	2018	
Sede	5.202.377,50	5.564.162,51	-2.468.562,93	-361.785,01	2.106.777,92
Residência Sénior de Loures	546.676,74	1.048.939,47	-622.042,81	-502.262,73	119.780,08
Residência Sénior de Vila Fernando	360.656,75	558.613,66	-248.500,69	-197.956,91	50.543,78
Residência Universitária do Porto	50.051,89	93.279,12	-57.901,73	-43.227,23	14.674,50
Residência Universitária de Lisboa	79.492,80	99.387,96	-88.786,65	-19.895,16	68.891,49
Centro de Férias (Vau)	575.023,03	521.219,97	-29.939,14	53.803,06	83.742,20
Unid. Turismo Covilhã	330.954,91	605.265,51	-363.255,00	-274.310,60	88.944,40
Propriedades de Investimento	327.170,39	247.261,03	69.538,99	79.909,36	10.370,37
TOTAL	7.472.404,01	8.738.129,23	3.809.449,96	-1.265.725,22	2.543.724,74

Quadro XVI

O quadro acima apresentado apresenta os resultados das diversas atividades desenvolvidas pelo Cofre em 2018, comparadas com as do ano anterior, mostrando ainda a sua variação.

Os números apresentados merecem as seguintes explicações:

- Na Sede, a variação é positiva, no montante de 2.106.777,92 €. Esta variação é resultado da diminuição do reforço da provisão calculada com base em estudo atuarial -3.957.862,66 € em 2017 e 1.797.268,49 € em 2018 – assinalando-se que o valor desceu 2.160.594,17 €, menos 54,59 %.
- A Residência Sénior de Loures apresenta uma variação positiva de 119.780,08 €. Este resultado é justificado pela aprovação do novo alvará, do qual resultou um aumento do número de camas (+14) e conseqüente aumento da ocupação da residência. Assinala-se, ainda, a atualização das mensalidades pagas pelos utentes. Ainda assim, os resultados deste equipamento mantêm-se bastante negativos.
- A Residência Sénior de Vila Fernando apresentou uma evolução positiva, no valor de 50.543,78 €, mantendo-se, igualmente, um resultado global de exploração negativo. A diminuição do saldo negativo é justificada pela quase total ocupação das 30 camas existentes e também pela atualização das mensalidades pagas pelos utentes.
- A Residência Universitária do Porto apresentou uma evolução positiva no valor de 14.674,50 €, mantendo ainda assim um resultado de exploração altamente deficitário. Este resultado é justificado pela atualização das mensalidades no ano letivo 2018/2019 e pela descida dos gastos com o pessoal, pela redução de dois para um funcionário.
- A Residência Universitária de Lisboa apresentou, também, uma evolução positiva no valor de 68.891,49 €. Neste caso, o resultado é justificado pela diminuição dos gastos em conservação e reparação e pela atualização das mensalidades no ano letivo 2018/2019, mantendo-se igualmente um resultado de exploração negativo.
- O Centro de Lazer de Santa Iria (Covilhã) apresentou uma evolução positiva de 88.944,40 €, em virtude do aumento das vendas e prestações de serviços e pela

descida dos gastos com o pessoal. O resultado global de exploração mantém-se, no entanto, fortemente negativo.

- O Centro de Férias do Vau (Portimão), apresentou uma evolução positiva de 83.742,20 €, conseguidos através do aumento das prestações de serviços e pela descida dos gastos em limpeza. De todos os equipamentos do Cofre é o único que apresenta um resultado de exploração positivo.
- No que se refere aos “Prédios de Rendimentos”, registou-se uma melhoria de 10.370,37 € sobretudo pela subida do total de rendas.

2. CRESCIMENTO

• RENDIMENTOS

- A quotização em 2018 totalizou 3.572.773,60 €, contribuindo com 47,81 % para o total dos rendimentos do Cofre. Deste modo, registou-se um acréscimo, em termos percentuais, de 1,52 % relativamente a 2017.
- As “Prestações de serviços” totalizaram 1.963.984,96 € em 2018, verificando-se uma variação positiva de 13,19 % relativamente a 2017. Este resultado deve-se sobretudo ao aumento das prestações de serviços em todas as atividades desenvolvidas pela Instituição.
- Os resultados das aplicações financeiras efetuadas apresentam um resultado negativo de 7,82 %, correspondendo esta percentagem à variação entre 13.152,31 € do ano de 2018 e 14.268,07 € do ano de 2017, a qual se deveu à diminuição das taxas de juro.
- Nos apoios financeiros estão englobados os empréstimos para aquisição de habitação e para obras, bem como os abonos reembolsáveis. A sua variação foi negativa em 8,28 %, o que corresponde ao montante de 120.759,38€. Tal facto deveu-se à descida do número de empréstimos concedidos em abonos reembolsáveis e empréstimos à habitação.
- Nos Títulos da Dívida Pública, houve uma redução da provisão, no valor de 16.452,43 €. O Fundo de Tesouraria teve uma desvalorização, levando ao reforço da provisão existente, no valor de 2.269,31 €.

• GASTOS

- Os “Gastos com o pessoal” diminuíram em 2018 para 2.552.765,70 €, valor que em 2017 havia sido de 2.877.897,17 €. Esta variação deveu-se à reestruturação dos serviços, com regresso de funcionários às suas anteriores categorias pela extinção de alguns cargos, diminuição do número de trabalhadores e cessação de pagamento de subsídios de disponibilidade.

- As “Imparidades de dívidas a receber” resultaram do aumento das dívidas consideradas de cobrança duvidosa. No ano de 2018 houve um incremento do valor da dívida em 259.999,94 €, enquanto que no ano de 2017 houve uma reversão de 207.567,30 €.
- Houve um reforço da provisão da responsabilidade dos “Gastos de previdência social” de 1.797.268,49 € em 2018, sendo que em 2017 esse reforço foi de 3.957.862,66 €, situação que decorre do estudo atuarial efetuado.
- Está representada no gráfico 9 a repartição entre gastos e proveitos dos três últimos anos, cujas razões de crescimento/abrandamento das duas componentes – gastos e proveitos – já foram anteriormente apresentados.

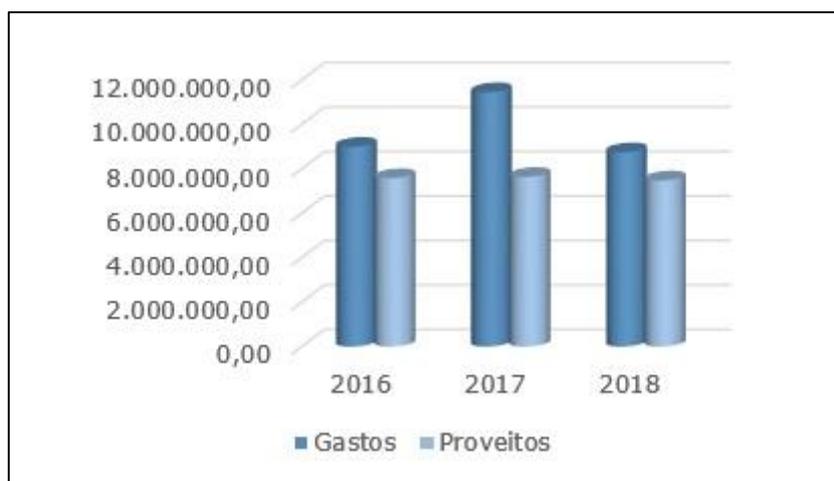


Gráfico 9

Anos	Gastos	Proveitos
2016	8.988.230,83	7.577.606,24
2017	11.442.450,34	7.633.000,38
2018	8.738.129,23	7.472.404,01

Quadro XVII

3.RENTABILIDADE

De referir que as rendibilidades são calculadas em função do valor dos investimentos envolvidos ou da média anual de capitais disponíveis.

- A rendibilidade bruta da quotização, em relação à média das responsabilidades em subsídios por morte inscritos, situa-se em 2,84 %. Deduzindo-se os gastos de Previdência Social, aquela rendibilidade desce para 1,60 %.
- Os Títulos de Dívida Pública geraram um rendimento anual igual ao do ano anterior, mas o seu peso no Resultado tem reduzida expressão.

4. RESERVAS MATEMÁTICAS ¹

No ano de 2018, foi reforçada a provisão existente, em 1.797.268,49 €, para cobrir as responsabilidades em subsídios por morte e rendas vitalícias, de acordo com os valores apontados no estudo atuarial à data de 31 de dezembro de 2018, ou seja:

Referente a subsídios por morte	20.395.536,88 €
Referente a rendas vitalícias	651.644,88 €
Referente a pensões de reforma e sobrevivência	138.412,55 €
Total	21.185.594,31 €

Em conclusão:

Tendo sido referidos os comportamentos e efeitos na formação dos Resultados das rubricas mais significativas, acresce dizer que o Resultado Líquido do Exercício foi de menos 1.265.725,22 €. Este resultado reflete, no essencial, o reforço das provisões específicas do setor para cobrir as responsabilidades em subsídios por morte e rendas vitalícias, no montante de 1.797.268,49 € e o reforço da imparidade das dívidas de sócios, ou seja, o aumento das dívidas em contencioso, no valor de 259.999,94 €.

¹ As Reservas Matemáticas são para garantir o pagamento de subsídios por morte e rendas vitalícias.

IV. – NOTAS SOBRE O ANO DE 2018 E ANTEVISÃO DE 2019

O ano de 2018 trouxe, conforme o demonstram os dados apresentados neste Relatório e Contas, os primeiros sinais positivos de inversão da difícil situação vivida pelo Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado (Cofre). Vejamos pois:

O Resultado Líquido é um indicador importante para a análise econômica e financeira, nomeadamente quando analisado em termos evolutivos. É obtido após serem deduzidos aos ganhos (ou proveitos), todos os gastos (ou perdas), sejam estes com compras de mercadorias, matérias e serviços, gastos com o pessoal, desgaste dos equipamentos, custos financeiros de financiamento, impostos, entre outros.

A Instituição tem obtido nos últimos anos resultados negativos. Porém, colocando esta matéria de forma muito simples, para que todos os associados possam compreender o que está efetivamente em questão, o Resultado Líquido negativo do Exercício decresceu 2.543.724,74€ quando comparado com o ano de 2017. Contudo, este resultado foi negativo em 1.265.725,22€, quando em 2017 tinha sido negativo em 3.809.449,96€.

Este forte decréscimo marca uma inversão importante da trajetória que vinha sendo seguida. Trajetória essa que foi o resultado dos desmandos perpetrados pelos anteriores responsáveis do Cofre.

O Cofre começa agora a ultrapassar esse período negro, que mesmo fazendo parte do passado ajuda a explicar o presente. Impõe-se, por isso, a coragem de fazer um diagnóstico verdadeiro e a partir daí ser capaz de desenvolver uma estratégia, suportada em medidas firmes e corajosas.

Com muito trabalho e dedicação, o Conselho de Administração está absolutamente convicto que, com tempo, será possível conseguir-se um ponto de equilíbrio que assegure a sustentabilidade futura do Cofre. Foi esse o compromisso assumido desde o primeiro momento e que está a ser seguido sem desvios.

Alguns indicadores demonstram os primeiros sinais inequívocos da inversão do desastroso caminho que vinha sendo seguido. De forma muito resumida, eis alguns desses sinais:

- O aumento (mesmo que ligeiro) das taxas de ocupação dos Centros de Lazer;
- O aumento das taxas de ocupação das Residências Seniores;
- O aumento das taxas de ocupação das Residências Universitárias;
- O aumento das receitas provenientes das vendas e prestação de serviços;
- O aumento das receitas provenientes do arrendamento de imóveis;
- A forte diminuição das despesas com fornecimento e serviços externos;
- Diminuição dos gastos com pessoal.

Todos os equipamentos do Cofre apresentaram, comparativamente com o ano de 2017, uma melhoria dos respetivos resultados de exploração. Importará, contudo, no futuro, dar continuidade às estratégias para uma melhor rentabilização dos equipamentos existentes.

Um outro dado importante está relacionado com a evolução do número de associados. Desde há vários anos a esta parte, que o número de sócios que deixam a Instituição – seja por falecimento ou por opção própria – é em muito superior à entrada de novos associados.

Conseguir alterar esta tendência é um desafio verdadeiramente fulcral para os próximos anos. Nesse sentido, pretende-se uma aposta forte e proativa, nos próximos exercícios, para conseguir captar novos sócios, matéria que constitui uma forte aposta por parte do Conselho de Administração.

Inevitavelmente, a captação de novos associados tem de passar por uma alteração dos benefícios proporcionados aos sócios. Há, igualmente, que dar continuidade à aposta na melhoria da qualidade do serviço que é proporcionado aos associados, seja ao nível do atendimento, seja ao nível da oferta e manutenção dos equipamentos existentes.

O Conselho de Administração tem a perfeita noção de que algumas das medidas tomadas em 2018 foram impopulares, mas foram absolutamente necessárias para este virar de página da vida do Cofre. É o caso das decisões que tiveram de ser tomadas relativas ao Reembolso do Vencimento Perdido por Doença, o qual teve de ser reformulado, em consonância com aquilo que preveem os Estatutos, dado que os custos com este item eram indiscutivelmente in comportáveis.

Assinala-se, ainda assim, o esmagador apoio dos sócios a esta medida, vindo assim confirmar que a existência de um benefício que era utilizado por um número minoritário de sócios estava a colocar em causa a sustentabilidade da totalidade da Instituição. Este apoio foi traduzido na aprovação, em Assembleia Geral, da proposta do atual Conselho de Administração.

Outra destas medidas impopulares, mas absolutamente necessárias, está relacionado com decisões tomadas na área dos recursos humanos. Como a diminuição do número de trabalhadores, por via da não renovação de vários contratos de trabalho a termo certo, ou a reestruturação dos subsídios de disponibilidade pagos aos funcionários e que em vários casos não tinham qualquer justificação.

O ano de 2018 foi assim marcado por aquilo que poderemos designar por um “arrumar da casa” e um “virar da página”. Estas são tarefas em que foram já dados alguns passos muito importantes.

Refira-se o esforço que está a ser desenvolvido ao nível da rentabilização do património do Cofre. Seja pela alienação de imóveis que se encontravam devolutos há bastante tempo, seja, ainda, pela resolução do embargo do edifício da Rua da Prata. No momento em que é elaborado este Relatório, foram já dados passos muito significativos para a sua resolução, destacando-se:

- Conversações com o empreiteiro a que o anterior Conselho de Administração recorreu (ao arrepio das normas de contratação pública) para devolução das verbas indevidamente recebidas ou realização das obras em falta;
- Elaboração dos projetos de arquitetura e especialidades para apresentação junto da Câmara Municipal de Lisboa com vista ao levantamento do embargo e autorização para realização das obras previstas.

Este “arrumar da casa” é um trabalho que está a ser desenvolvido de forma contínua, sendo verdadeiramente necessário para dotar a Instituição de uma eficácia organizativa que tenha tradução no cumprimento dos objetivos definidos. Antecipa-se, desde já, a necessidade de vir a elaborar um novo organograma interno, com vista a adequar a orgânica do Cofre às necessidades existentes, tornando o seu funcionamento mais ágil, eficiente e sustentável. Nesse sentido, é igualmente oportuno deixar aqui uma palavra de reconhecimento e agradecimento aos trabalhadores. O empenho que têm demonstrado é digno de registo.

O Conselho de Administração assume todas as decisões que tem tomado neste primeiro ano de mandato. Todas elas tiveram em atenção os superiores interesses do Cofre e dos seus associados, tendo sido tomadas com total transparência e procurando envolver os associados no processo de tomada de decisão.

As tarefas que enfrentamos são bastante exigentes e obrigam a um total empenho e a uma forte dedicação. Em momento algum deixaremos o Cofre refém dos interesses obscuros que, no passado mais recente, se movimentaram em torno da Instituição.

O Cofre é dos sócios, de todos os sócios sem exceção, e tem um fim previdencial que está perfeitamente definido. Tenhamos, todos, isso em mente e conseguiremos manter esta Instituição verdadeiramente ao serviço dos associados.

Da parte do atual Conselho de Administração, estaremos sempre, como temos estado até aqui, disponíveis para dar todas as explicações aos sócios sobre todos os aspetos da vida do Cofre. Como referido em diversos fóruns e documentos da Instituição, adotámos os seguintes valores: [Transparência](#), [Rigor](#), [Proximidade](#) e [Responsabilidade Social](#).

Com a atuação diária do Conselho de Administração e dos serviços, estamos a conseguir construir um Cofre que a todos nos orgulhe. Um Cofre que constitua um reduto de apoio, nos bons e nos maus momentos, à vida dos seus sócios.

Cofre, 04 de abril de 2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÓNIO JOAQUIM MARQUES

JORGE MANUEL FERRAZ SILVA

OLGA JESUS SOUSA HILÁRIO

LUÍSA MARIA SOARES XAVIER

ANTÓNIO MANUEL RODRIGUES DINIS

MAPAS OBRIGATÓRIOS

- BALANÇO

- DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

- DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

- DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2017 E 2018

- ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária Euros

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2018	31-12-2017
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos Fixos Tangíveis	6	23.574.540,79	24.246.647,24
Propriedades de Investimento	7	8.204.883,97	8.304.671,72
Ativos Intangíveis	8	336,18	1.137,11
Investimentos Financeiros	11.4	442.400,21	428.217,09
Associados	11.1	22.381.626,40	24.171.420,10
		54.603.787,55	57.152.093,26
ATIVO CORRENTE			
Inventários		6.946,78	2.755,32
Créditos a Receber	11.1	280.447,73	249.145,37
Estado e Outros Entes Públicos	12	5.909,63	4.503,81
Associados	11.1	3.977.450,67	4.311.466,11
Outros Ativos Correntes	11.1	277.747,85	304.839,06
Diferimentos	13	56.148,39	59.690,20
Caixa e Depósitos Bancários	4	10.381.609,17	6.942.582,99
		14.986.260,22	11.874.982,86
Total do Ativo		69.590.047,77	69.027.076,12
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	14	43.693.911,65	47.503.361,61
Ajustamentos/Outras Variações no Fundos patrimoniais	14	3.424.512,09	3.425.941,98
		47.118.423,74	50.929.303,59
Resultado Líquido do Período		-1.265.725,22	-3.809.449,96
		-1.265.725,22	-3.809.449,96
Total dos Fundos Patrimoniais		45.852.698,52	47.119.853,63
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	10	300.000,00	300.000,00
Provisões Específicas	10	21.185.594,31	19.396.983,98
		21.485.594,31	19.696.983,98
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	11.2	107.881,69	120.961,43
Estado e Outros Entes Públicos	12	63.174,85	74.218,73
Associados	11.2	686.586,97	748.794,57
Diferimentos	13	288.094,44	136.070,87
Outros Passivos Correntes	11.2	1.106.016,99	1.130.192,91
		2.251.754,94	2.210.238,51
Total do Passivo		23.737.349,25	21.907.222,49
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		69.590.047,77	69.027.076,12

O Contabilista Certificado

Gisela Carvalho Pinto Martins
CC nº 73.248

O Conselho de Administração

António Joaquim Marques
Jorge Manuel Ferraz Silva
Olga Jesus Sousa Hilário
Luisa Maria Soares Xavier
António Manuel Rodrigues Dinis

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de Dezembro de 2018

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2018	2017
Vendas e serviços prestados	9	5.536.758,56	5.254.451,01
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	18	-44.880,94	-44.398,04
Fornecimentos e serviços externos	15	-1.487.221,73	-1.724.343,10
Gastos com o pessoal	16	-2.552.765,70	-2.877.897,17
Imparidade de dividas a receber (perdas/reversões)	11.3	-259.999,94	207.567,30
Provisões (aumentos/reduções)	10	0,00	-300.000,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	10	-1.797.268,49	-3.905.858,93
Outras imparidades (perdas/reversões)	11.4	14.183,12	71.295,57
Outros rendimentos	9	473.336,46	437.590,29
Outros gastos	17	-1.681.430,67	-1.525.789,66
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-1.799.289,33	-4.407.382,73
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7/8	-909.401,01	-1.010.624,60
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-2.708.690,34	-5.418.007,33
Juros e rendimentos similares obtidos	9	1.445.856,56	1.610.092,48
Juros e gastos similares suportados		-2.891,44	-1.535,11
Resultados antes de impostos		-1.265.725,22	-3.809.449,96
Imposto sobre o rendimentos do período			
Resultado líquido do período		-1.265.725,22	-3.809.449,96
		-1.265.725,22	-3.809.449,96

O Contabilista Certificado

Gisela Carvalho Pinto Martins
 CC nº 73.248

O Conselho de Administração

António Joaquim Marques
Jorge Manuel Ferraz Silva
Olga Jesus Sousa Hilário
Luisa Maria Soares Xavier
António Manuel Rodrigues Dinis

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA EUROS

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes/associados		15.033.011,59	14.801.030,45
Pagamentos a clientes e utentes		-5.101.449,53	-6.055.390,54
Pagamentos a fornecedores		-2.245.927,49	-2.509.095,74
Pagamentos ao pessoal		-1.747.131,97	-1.930.165,92
Caixa gerada pelas operações		5.938.502,60	4.306.378,25
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-2.719.494,18	-2.203.287,82
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		3.219.008,42	2.103.090,43
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		-77.324,01	-836.989,88
<i>Ativos intangíveis</i>			-1.008,06
<i>Propriedades de investimento</i>		-10.516,50	-522.129,44
<i>Outros ativos</i>			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>			
<i>Ativos intangíveis</i>			
<i>Rendas de propriedades de investimento</i>		287.324,51	279.271,44
<i>Outros ativos</i>			
<i>Subsídios ao investimento</i>			
<i>Juros e rendimentos similares</i>		20.533,76	29.257,53
<i>Dividendos</i>			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		220.017,76	-1.051.598,41
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>			
<i>Realizações de fundos</i>			
<i>Cobertura de prejuízos</i>			
<i>Doações</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>			
<i>Juros e gastos similares</i>			
<i>Dividendos</i>			
<i>Reduções de fundos</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		3.439.026,18	1.051.492,02
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	6.942.582,99	5.891.090,97
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	10.381.609,17	6.942.582,99

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2017 E 2018

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2017

RUBRICAS	NOTAS	Fundos	Reservas	Excedentes de revalorização	Ajustamento/ Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	15	48.913.986,20	0,00	0,00	3.426.108,09	(1.410.624,59)	50.929.469,70
ALTERAÇÕES DO PERÍODO								
Realização de excedentes de revalorização dos activos fixos tangíveis e intangíveis								0,00
Excedentes de revalorização								0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(166,11)			(166,11)
	2	15	0,00	0,00	0,00	(166,11)	0,00	(166,11)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	15					(3.809.449,96)	(3.809.449,96)
RESULTADO INTEGRAL	4 = 2 + 3	15					(3.809.449,96)	(3.809.616,07)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos								0,00
Subsídios, doações e legados								0,00
Outras operações			(1.410.624,59)			1.410.624,59		0,00
	5	15	(1.410.624,59)	0,00	0,00	0,00	1.410.624,59	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	1 + 2 + 3	15	47.503.361,61	0,00	0,00	3.425.941,98	(3.809.449,96)	47.119.853,63

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2018

RUBRICAS	NOTAS	Fundos	Reservas	Excedentes de revalorização	Ajustamento/ Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	15	47.503.361,61	0,00	0,00	3.425.941,98	(3.809.449,96)	47.119.853,63
ALTERAÇÕES DO PERÍODO								
Realização de excedentes de revalorização dos activos fixos tangíveis e intangíveis								0,00
Excedentes de revalorização								0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(1.429,89)			(1.429,89)
	7	15	0,00	0,00	0,00	(1.429,89)	0,00	(1.429,89)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	15					(1.265.725,22)	(1.265.725,22)
RESULTADO INTEGRAL	9 = 7 + 8	15					(1.265.725,22)	(1.267.155,11)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos								0,00
Subsídios, doações e legados								0,00
Outras operações			(3.809.449,96)			3.809.449,96		0,00
	10	15	(3.809.449,96)	0,00	0,00	0,00	3.809.449,96	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	6 + 7 + 8 + 10	15	43.693.911,65	0,00	0,00	3.424.512,09	(1.265.725,22)	45.852.698,52

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Designação da entidade:

Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado.

1.2. Sede:

Rua do Arsenal, Letra E

1112-803 Lisboa

1.3. NIPC:

500 969 442

1.4. Natureza da atividade:

O Cofre é uma Instituição de previdência social, de utilidade pública, constituída por Associados, que são ou foram trabalhadores da função pública. De entre as atribuições do Cofre inclui-se: "Criar e desenvolver centros de lazer contemplando componentes culturais e desportivas, de assistência materno-infantil e escolar, residências para estudantes e para seniores, bem como centros de dia e outros equipamentos cujo objetivo vise a integral realização social, económica, de saúde e cultural do sócio".

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Cofre e de acordo com o regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei nº. 36-A/2011, de 9 de março, que aprova o regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL);
- Portaria nº. 220/2015, de 24 de julho, que aprova os modelos das demonstrações financeiras;
- Portaria 218/2015, de 23 de julho, que aprova o Código de Contas Específico para as ESNL;
- Aviso nº. 8259/2015 que publica a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as ESNL. (NCRF-ESNL).

2.2. Indicação e justificação de disposições do SNC que, excepcionalmente, tenham sido derogadas e respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

A informação financeira apresentada foi preparada de acordo com o referencial acima referido, não existindo quaisquer derrogações.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas

As contas de balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com os do período anterior.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Principais políticas contabilísticas

3.1.1. Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do Cofre, de acordo com a norma contabilísticas e de relato financeiro para as ESNL, e de um modo geral utilizando o custo histórico como base de mensuração.

a) Ativos Fixos Tangíveis

i) Critérios de mensuração usados para determinarem a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade. Na transição para o SNC foram consideradas as quantias anteriormente reavaliadas com base em coeficientes de desvalorização monetária como sendo o custo de tais ativos.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto à medida que são incursas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

ii) Métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidas a partir do momento em que se encontram disponíveis para uso, calculados segundo o método da linha reta com base na taxa anual. Os terrenos não são depreciados.

iii) Vidas úteis estimadas

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 15

A vida útil estimada é objeto de avaliação anual.

b) Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendimentos ainda que se destinem, essencialmente, a uso dos associados. São mensuradas ao custo deduzido de depreciação e perdas por imparidade. Na transição para o SNC foram consideradas as quantias anteriormente reavaliadas com base em coeficientes de desvalorização monetária como sendo o custo de tais ativos.

Os custos suportados com as propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre a propriedade são reconhecidos como gasto no período a que se referem.

As depreciações das propriedades de investimento são reconhecidas a partir do momento em que se encontram disponíveis para utilização e calculadas com base no método da linha recta e taxa anual.

As vidas úteis estimadas, que são anualmente objeto de avaliação, são as seguintes:

Propriedades de investimento	Número de anos
Edifícios e outras construções	50

Os terrenos não são objeto de depreciação.

c) Ativos Intangíveis

i) Critérios de mensuração usados para determinarem a quantia escriturada bruta

O reconhecimento dos ativos intangíveis está sujeito aos requisitos da identificabilidade, do poder de controlar a obtenção de benefícios económicos futuros e da existência desses mesmos benefícios.

São inicialmente reconhecidos ao custo, o qual, no caso de aquisições separadas, compreende o preço de compra adicionado de quaisquer custos atribuíveis à preparação do ativo para o uso pretendido. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis com vida útil finita são mensurados com base no modelo de custo, o qual corresponde ao custo inicial deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas. A amortização é feita segundo o método da linha reta ou quotas constantes durante o período de vida útil estimada do ativo a partir da data em que se encontra apto para ser usado.

No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, são amortizados no prazo de 10 anos.

Os ativos intangíveis referentes a desenvolvimento de software decorrem de aquisições externas.

ii) Vidas úteis estimadas

Ativos intangíveis	Número de anos
Programas de computador	3

d) Imparidade dos ativos fixos tangíveis, propriedades de investimento e ativos intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, propriedades de investimento e ativos intangíveis com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas de mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registrada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registrado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade é registrada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (Líquida de depreciações e amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registrada.

e) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros detidos pelo Cofre respeitam, exclusivamente, a títulos da dívida pública e unidades de participação em fundos de investimento. São mensurados ao custo de aquisição deduzidas das perdas de imparidade acumuladas.

f) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Cofre se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados de acordo com os seguintes critérios:

i) Dívidas de sócios e outras contas a receber

As dívidas de sócios e outras contas a receber são mensuradas ao custo ou custo, deduzido de qualquer imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e de outras contas a receber, são registradas, sempre que exista evidência objetiva de que as dívidas não são recuperáveis conforme os termos iniciais da operação que lhe está subjacente. As perdas por imparidade identificadas são registradas na demonstração de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidades diminuam ou desapareçam.

ii) Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registrados no passivo ao custo. Os juros correspondentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no período a que respeitam.

iii) Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a pagar a fornecedores e a outras entidades encontram-se mensuradas ao custo ou custo.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "caixa e seus equivalentes" correspondem a valores imediatamente disponíveis.

g) Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais.

A responsabilidade por benefícios pós-emprego apenas existe relativamente a um conjunto de ex-trabalhadores (já reformados), a qual, ainda que não seja materialmente relevante no conjunto das demonstrações financeiras do Cofre, se encontra adequadamente reconhecida nas demonstrações financeiras.

h) Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente resultante de um evento passado, seja provável que ocorram saídas de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa.

Os passivos contingentes correspondem a obrigações possíveis decorrentes de acontecimentos passados mas cuja existência exige confirmação. Por tal facto apenas são objeto de divulgação a menos que seja remota a possibilidade de existência de qualquer exfluxo de recursos.

Decorrente dos respetivos estatutos, o Cofre está obrigado a pagar aos seus associados ou a familiares uma renda vitalícia, após os 65 anos, ou uma prestação social única, a título de subsídio por morte. Tais responsabilidades encontram-se mensuradas com base em estudo atuarial anualmente revisto.

Os principais pressupostos de cálculo são os seguintes:

Tábua de mortalidade: TV 73/77;

Taxa de Juro: 2,75%;

Custo de gestão dos benefícios: 7,46% das quotas anuais.

i) Imposto sobre o rendimento

De acordo com o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, o Cofre é uma instituição isenta de IRC, conforme declaração da Direção Geral dos Impostos publicada no Diário da República, III série, de 22 de novembro de 1989.

j) Rédito

O rédito relativo a prestações de serviços e a juros decorrentes da atividade normal do Cofre é reconhecido pelo seu justo valor conforme condições definidas para a generalidade dos sócios.

O rédito proveniente das residências seniores, universitárias e centros de lazer é reconhecido no período em que os mesmos são utilizados.

O rédito proveniente de juros é reconhecido por utilização do método do juro efetivo.

k) Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto contabilístico do acréscimo. As diferenças entre montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, conforme se qualifiquem como tal.

3.1.2. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- As provisões inerentes aos benefícios dos associados;
- As provisões inerentes a benefícios pós-emprego de um conjunto de ex-trabalhadores;
- As imparidades relacionadas com dívidas a receber de associados por financiamentos e abonos concedidos;
- A vida útil estimada das propriedades de investimento.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras.

3.1.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos do Cofre, estando as estimativas anteriormente divulgadas naturalmente sujeitas a alteração por razões de natureza macroeconómica.

3.1.4. Principais fontes de incerteza

Não obstante os apoios prestados pelo Cofre aos seus associados para aquisição ou construção de habitação própria estarem garantidos pelo próprio imóvel, existe uma incerteza decorrente da conjuntura económica relativamente à possibilidade de todos os beneficiários poderem cumprir com as respetivas obrigações e à evolução do próprio mercado imobiliário.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas são definidas de forma a dar cumprimento às normas contabilísticas e de relato financeiro e são adotadas de forma consistente. Qualquer alteração decorrente de novas normas é tratada de acordo com as disposições transitórias nelas consideradas ou, na sua ausência, de forma retrospectiva.

As políticas contabilísticas seguidas em 2018 são consistentes com as adotadas no exercício anterior em todos os aspetos materiais.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

As alterações de estimativa têm efeito, conforme as circunstâncias, no próprio exercício em que se constata a alteração, ou nesse exercício e nos seguintes.

Regista-se a atualização das responsabilidades associadas a subsídios por morte e rendas vitalícias, conforme estudo atuarial, cujo efeito no resultado líquido do exercício foi 1.797.268,49 euros.

3.4. Correção de erros de períodos anteriores

No caso da existência de erros materiais os mesmos são tratados retrospectivamente, reexpressando-se a informação do ou dos exercícios anteriores a menos que tal seja impraticável.

Não foram identificados quaisquer erros materiais.

4.FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e equivalentes:

Descrição	Conta	Montante
Caixa	11	2.400,75
Total de caixa		2.400,75
Depósitos à ordem	12	1.993.185,38
Depósitos a prazo	13	8.386.023,04
Total de depósitos bancários		10.379.208,42
Total de caixa e equivalentes		10.381.609,17

Todos os depósitos podem ser prontamente mobilizados.

Na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa são considerados como referentes à atividade operacional todos os fluxos financeiros relacionados com os apoios de natureza financeira prestados aos associados.

Nestas circunstâncias, apenas são considerados nas atividades de investimento os rendimentos das aplicações financeiras em instituições de crédito e das propriedades de investimento.

5.PARTES RELACIONADAS

O Cofre não participa no capital de quaisquer entidades nem é participado por pessoas coletivas.

Os Corpos Gerentes são remunerados através de senhas de presença em função das reuniões efetuadas conforme nota 16.

6.ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e perdas de imparidade acumuladas, conforme explicitado na nota 3.

b) As depreciações são efetuadas pelo método da linha reta.

c) A vida útil é determinada de acordo com a expectativa de afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Saldos em 01-01-2018									
Quantias brutas	4.199.265,33	24.998.357,58	4.146.479,48	261.842,54	677.164,90	8.984,16	40.654,28	811.466,91	35.144.215,18
Depreciações acumuladas	0,00	6.348.876,62	3.608.638,33	251.567,55	647.828,33	6.214,16	34.442,95	0,00	10.897.567,94
Quantias líquidas	4.199.265,33	18.649.480,96	537.841,15	10.274,99	29.336,57	2.770,00	6.211,33	811.466,91	24.246.647,24
Movimento em 2018									
Ativo fixo									
Aquisições			65.202,04		7.701,47	300,00		4.120,50	77.324,01
Alienações						(2.000,00)			(2.000,00)
Abates			(78.499,08)		(365,42)	(1.747,20)			(80.611,70)
Transferências			(690,91)		690,91				0,00
Total do exercício	0,00	0,00	-13.987,95	0,00	8.026,96	-3.447,20	0,00	4.120,50	-5.287,69
Depreciações acumuladas									
Depreciações do exercício		537.066,37	181.612,42	5.137,50	21.796,20	802,40	1.147,19		747.562,08
Alienações						(1.000,00)			(1.000,00)
Abates			(77.630,70)		(365,42)	(1.747,20)			(79.743,32)
Transferências			(718,58)		718,58				0,00
Total do exercício	0,00	537.066,37	103.263,14	5.137,50	22.149,36	(1.944,80)	1.147,19	0,00	666.818,76
Saldos em 31-12-2018									
Quantias brutas	4.199.265,33	24.998.357,58	4.132.491,53	261.842,54	685.191,86	5.536,96	40.654,28	815.587,41	35.138.927,49
Depreciações acumuladas	0,00	6.885.942,99	3.711.901,47	256.705,05	669.977,69	4.269,36	35.590,14	0,00	11.564.386,70
Quantias líquidas	4.199.265,33	18.112.414,59	420.590,06	5.137,49	15.214,17	1.267,60	5.064,14	815.587,41	23.574.540,79

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outras ativos tangíveis	Investimento em curso ativos tangíveis	Total
Saldos em 01-01-2017									
Quantias brutas	3.728.366,15	23.576.220,15	3.988.930,79	261.842,54	711.529,22	7.847,47	40.654,28	804.444,85	33.119.835,45
Depreciações acumuladas	0,00	5.607.906,50	3.398.123,28	231.211,29	662.470,15	4.385,67	33.287,99	0,00	9.937.384,88
Quantias líquidas	3.728.366,15	17.968.313,65	590.807,51	30.631,25	49.059,07	3.461,80	7.366,29	804.444,85	23.182.450,57
Movimento em 2017									
Ativo fixo									
Aquisições	220.824,49	396.322,05	199.240,21		8.383,90	2.630,46		13.343,77	840.744,88
Alienações									0,00
Abates			(69.825,78)		(20.935,67)	(1.493,77)			(92.255,22)
Transferências	250.074,69	1.025.815,38	28.134,26		(21.812,55)			(6.321,71)	1.275.890,07
Total do exercício	470.899,18	1.422.137,43	157.548,69	0,00	-34.364,32	1.136,69	0,00	7.022,06	2.024.379,73
Depreciações acumuladas									
Depreciações do exercício		537.066,37	260.950,50	20.356,26	25.585,73	3.095,46	1.154,96		848.209,28
Alienações									0,00
Abates			(69.052,31)		(20.907,93)	(1.266,97)			(91.227,21)
Transferências		203.903,75	18.616,86		(19.319,62)				203.200,99
Total do exercício	0,00	740.970,12	210.515,05	20.356,26	(14.641,82)	1.828,49	1.154,96	0,00	960.183,06
Saldos em 31-12-2017									
Quantias brutas	4.199.265,33	24.998.357,58	4.146.479,48	261.842,54	677.164,90	8.984,16	40.654,28	811.466,91	35.144.215,18
Depreciações acumuladas	0,00	6.348.876,62	3.608.638,33	251.567,55	647.828,33	6.214,16	34.442,95	0,00	10.897.567,94
Quantias líquidas	4.199.265,33	18.649.480,96	537.841,15	10.274,99	29.336,57	2.770,00	6.211,33	811.466,91	24.246.647,24

7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Embora a Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL) considere que as designadas propriedades de investimento devem ser enquadradas no âmbito dos ativos fixos tangíveis, o Cofre tem optado por manter tais ativos em linha própria por considerar mais clara a informação prestada aos sócios.

Conforme divulgado na nota 3, os referidos imóveis são mensurados segundo o modelo do custo, sendo as depreciações efetuadas pelo método da linha reta, sendo a estimativa de vida útil dos edifícios de 50 anos.

O movimento registado no exercício de 2018, quer relativamente ao investimento quer relativamente às depreciações, é o que se apresenta nos mapas seguintes:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Propriedades de investimento em curso	Total
Saldo em 01-01-2018				
Quantias brutas	1.698.434,20	7.966.455,56	2.127.327,19	11.792.216,95
Depreciações acumuladas	0,00	3.487.545,23	0,00	3.487.545,23
Quantias líquidas	1.698.434,20	4.478.910,33	2.127.327,19	8.304.671,72
Movimento em 2018				
Propriedades de investimento				
Aquisições	12.683,44	48.566,81		61.250,25
Transferências				0,00
Total do exercício	12.683,44	48.566,81	0,00	61.250,25
Depreciações acumuladas				
Depreciações do exercício		161.038,00		161.038,00
Total do exercício	0,00	161.038,00	0,00	161.038,00
Saldo em 31-12-2018				
Quantias brutas	1.711.117,64	8.015.022,37	2.127.327,19	11.853.467,20
Depreciações acumuladas	0,00	3.648.583,23	0,00	3.648.583,23
Quantias líquidas	1.711.117,64	4.366.439,14	2.127.327,19	8.204.883,97

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Propriedades de investimento em curso	Total
Saldo em 01-01-2017				
Quantias brutas	1690.934,20	7.908.265,09	1646.888,22	11246.087,51
Depreciações acumuladas	0,00	3.327.483,57	0,00	3.327.483,57
Quantias líquidas	1690.934,20	4.580.781,52	1646.888,22	7.918.603,94
Movimento em 2017				
Propriedades de investimento				
Aquisições	6.000,00	29.801,96	510.327,48	546.129,44
Transferências	1500,00	28.388,51	(29.888,51)	0,00
Total do exercício	7.500,00	58.190,47	480.438,97	546.129,44
Depreciações acumuladas				
Depreciações do exercício		160.061,66		160.061,66
Total do exercício	0,00	160.061,66	0,00	160.061,66
Saldo em 31-12-2017				
Quantias brutas	1698.434,20	7.966.455,56	2.127.327,19	11.792.216,95
Depreciações acumuladas	0,00	3.487.545,23	0,00	3.487.545,23
Quantias líquidas	1698.434,20	4.478.910,33	2.127.327,19	8.304.671,72

De acordo com as últimas avaliações efetuadas, o valor global apurado é superior à quantia escriturada em 6.538.906,60 €. Contudo, existem frações em que o valor de avaliação é inferior ao valor contabilístico, sendo a diferença de 95.873,44 €. Tendo em conta que a diferença encontrada não se afigura expressiva não foi reconhecida qualquer imparidade.

Os rendimentos provenientes das propriedades de investimento apresentados na demonstração dos resultados são os seguintes:

Rendas	327.170,39 €
---------------	--------------

8.ATIVOS INTANGÍVEIS

a) Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

b) As amortizações são efetuadas pelo método da linha reta.

c) A vida útil é determinada de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Programas computador	Desenvolvimento software em curso	Total
Saldos em 01-01-2018			
Quantias brutas	590.313,51	0,00	590.313,51
Amortizações acumuladas	589.176,40		589.176,40
Quantias líquidas	1.137,11	0,00	1.137,11
Movimento em 2018			
Ativo intangível			
Aquisições			0,00
Transferência			0,00
Total do exercício	0,00	0,00	0,00
Amortizações acumuladas			
Transferência			0,00
Amortizações do exercício	800,93		800,93
Total do exercício	800,93	0,00	800,93
Saldos em 31-12-2018			
Quantias brutas	590.313,51	0,00	590.313,51
Amortizações acumuladas	589.977,33		589.977,33
Quantias líquidas	336,18	0,00	336,18

Descrição	Programas computador	Desenvolvimento software em curso	Total
Saldos em 01-01-2017			
Quantias brutas	589.305,45	0,00	589.305,45
Amortizações acumuladas	586.822,74		586.822,74
Quantias líquidas	2.482,71	0,00	2.482,71
Movimento em 2017			
Ativo intangível			
Aquisições	1.008,06		1.008,06
Transferência			0,00
Total do exercício	1.008,06	0,00	1.008,06
Amortizações acumuladas			
Transferência			0,00
Amortizações do exercício	2.353,66		2.353,66
Total do exercício	2.353,66	0,00	2.353,66
Saldos em 31-12-2017			
Quantias brutas	590.313,51	0,00	590.313,51
Amortizações acumuladas	589.176,40		589.176,40
Quantias líquidas	1.137,11	0,00	1.137,11

9. RÉDITO

O Cofre reconhece o rédito de acordo com os critérios definidos na alínea k) do ponto 3.

A quantia significativa de cada categoria de rédito reconhecida durante o período apresenta-se como segue:

Descrição	2018	2017
Vendas e prestações de serviços		
Mensalidades de utentes	907.333,49	748.512,82
Mensalidades de residência	129.544,69	105.560,67
Centros de Lazer	905.977,94	853.092,46
Quotizações e Jóias	3.572.773,60	3.519.350,12
Comissões	21.128,84	27.934,94
Total	5.536.758,56	5.254.451,01
Reversões		
Sócios	0,00	207.567,30
Títulos da dívida pública	16.452,43	71.295,57
Rendas Vitalícias	0,00	52.003,73
Total	16.452,43	330.866,60
Outros rendimentos e ganhos		
Subsídios prescritos	66.306,18	35.792,83
Rendas e outros rendimentos em propriedade Investimento	327.170,39	302.211,81
Outros	79.859,89	99.585,65
Total	473.336,46	437.590,29
Juros		
Depósitos bancários		
Títulos da dívida pública	11.176,62	11.176,62
Empréstimos de financiamento	1.338.362,57	1.459.121,95
Outros investimentos financeiros	13.152,31	14.268,07
Outros juros	83.165,06	125.525,84
Total	1.445.856,56	1.610.092,48
Total	7.472.404,01	7.633.000,38

10. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

O valor dos compromissos que não figuram no balanço, relativos a subsídios por morte, inscritos e vencidos, ascendem, respetivamente, a 125.709.090,89 euros e 128.327.978,90 euros (valores nominais). Todavia, segundo o estudo atuarial efetuado com referência a 31 de dezembro de 2018 e que toma em consideração os rendimentos esperados dos ativos do Cofre, as responsabilidades inerentes às reservas matemáticas, ascendiam, de acordo com os pressupostos considerados, a 21.185.594,31 euros.

Em face deste estudo procedeu-se ao seguinte reforço da provisão:

Descrição	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para subsídios por morte	18.710.610,95	1.684.925,93		20.395.536,88
Provisões para rendas vitalícias	539.302,32	112.342,56		651.644,88
Provisões para pensões de reforma e sobrevivência	147.070,71		8.658,16	138.412,55
Provisões edifício Rua dos Sapateiros	300.000,00			300.000,00
Total	19.696.983,98	1.797.268,49	8.658,16	21.485.594,31

A provisão de 300.000 Euros está associada à probabilidade de devolução, em dobro, do sinal recebido relativamente ao imóvel da Rua dos Sapateiros.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Bases de mensuração utilizadas relativamente a instrumentos financeiros são as referidas na alínea g) do ponto 3.

Os principais ativos e passivos financeiros são os seguintes:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Associados - Ativo não corrente	22.381.626,40	24.171.420,10
Associados - Ativo corrente	3.977.450,67	4.311.466,11
Créditos a receber	280.447,73	249.145,37
Outros ativos correntes	270.136,02	301.549,46
Devedores por acréscimos de rendimentos	7.611,83	3.289,60
Total	26.917.272,65	29.036.870,64

11.1. Sócios e outros créditos a receber

As dívidas de associados (corrente e não corrente) são mensuradas ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade por insuficiência das garantias prestadas.

Nas referidas dívidas incluem-se os financiamentos concedidos na forma de abonos reembolsáveis e financiamentos à habitação, nos termos das respetivas disposições estatutárias. O rendimento decorrente dos juros obtidos é considerado no período a que respeitam de acordo com o método do juro efetivo.

11.2. Fornecedores e outros passivos correntes

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Fornecedores	107.881,69	120.961,43
Associados	686.586,97	748.794,57
Créditos a receber	310.884,85	264.274,53
Outros passivos correntes	491.771,79	544.630,93
Credores por acréscimos de gastos	303.360,35	321.287,45
Total	1.900.485,65	1.999.948,91

11.3. Reconhecimento das reversões por imparidade de dívidas a receber

Descrição	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Dívidas a receber				
Sócios c/ seguros de vida	0,00			0,00
Sócios c/ cobrança duvidosa	3.471.821,33	259.999,94		3.731.821,27
Sócios c/ cartão saúde	26.641,30			26.641,30
Total	3.498.462,63	259.999,94	0,00	3.758.462,57

Além da dívida de cobrança duvidosa indicada, existe ainda o capital não vencido de sócios que estão em contencioso, mas que mensalmente é transferido o valor da prestação vencida para cobrança duvidosa:

- Empréstimos de financiamento para habitação (capital não vencido)

Relativa a sócios com prestações vencidas já sujeita a imparidade - 1.567.000,03 €

Relativamente a estas dívidas não se considera que existam perdas por imparidade, uma vez que estão garantidas por hipoteca dos imóveis e contratos de Propriedade Resolúvel.

11.4. Investimentos financeiros

Descrição	Custo aquisição	Valor contabilístico em 31 Dezembro 2017	Imparidade/reversão no período	Valor contabilístico em 31 Dezembro 2018
Títulos de dívida pública	363.324,40	329.410,82	16.452,43	345.863,25
Fundo de tesouraria	100.000,00	98.806,27	(2.269,31)	96.536,96
Total	463.324,40	428.217,09	14.183,12	442.400,21

12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Ativo		
Imposto sobre o valor acrescentado	5.909,63	4.503,81
ADSE	0,00	0,00
Total	5.909,63	4.503,81
Passivo		
Imposto sobre rendimento	18.413,02	20.987,49
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	0,00
Restantes impostos	0,00	0,00
Contribuições para a segurança social	44.761,83	53.153,39
ADSE	0,00	77,85
Total	63.174,85	74.218,73

13. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de "diferimentos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Estado e outros entes públicos		
Ativo		
Imposto sobre o valor acrescentado	37.152,95	29.669,98
Total	37.152,95	29.669,98
Passivo		
Imposto sobre rendimento	11.359,29	10.316,46

14.FUNDOS PATRIMONIAIS

O movimento registado no exercício de 2018, na rubrica “fundos patrimoniais”, é o que se apresenta no mapa seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
FUNDOS PATRIMONIAIS				
Fundos	47.503.361,61		3.809.449,96	43.693.911,65
	47.503.361,61	0,00	3.809.449,96	43.693.911,65
OUTRAS VARIÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS				
Excedente Revalorização				
Ativo fixo tangível				
Terrenos e Recursos Naturais	508.751,36			508.751,36
Edifícios e Outras Construções	391.373,71			391.373,71
	900.125,07	0,00	0,00	900.125,07
Propriedades de investimento				
Terrenos e Recursos Naturais	1.132.248,78			1.132.248,78
Edifícios e Outras Construções	1.384.459,78			1.384.459,78
	2.516.708,56	0,00	0,00	2.516.708,56
	3.416.833,63	0,00	0,00	3.416.833,63
Outras variações	9.108,35	300,00	1.729,89	7.678,46
	9.108,35	300,00	1.729,89	7.678,46
RESULTADO LÍQUIDO				
Resultado líquido do período	(3.809.449,96)	3.809.449,96	1.265.725,22	(1.265.725,22)
	(3.809.449,96)	3.809.449,96	1.265.725,22	(1.265.725,22)
	47.119.853,63	3.809.749,96	5.076.905,07	45.852.698,52

15.FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Descrição	2018	2017
Trabalhos Especializados	429.257,78	429.142,77
Conservação e Reparação	209.648,75	248.013,40
Comunicação	187.263,80	254.480,46
Electricidade	162.161,12	152.009,48
Limpeza, Higiene e Conforto	118.778,34	144.741,70
Água	66.375,62	64.012,68
Honorários	56.054,96	82.587,00
Gás	46.140,72	36.480,42
Seguros	36.059,11	33.158,72
Serviços Bancários	26.031,43	18.433,58
Contencioso e Notariado	21.933,95	27.857,17
Material de Escritório	17.349,42	33.045,56
Deslocações e Estadas	15.359,79	8.179,97
Outros fluidos	8.584,39	7.998,46
Publicidade e propaganda	7.566,15	7.810,72
Vigilância e Segurança	3.073,19	73.602,93
Artigos para oferta	2.379,99	421,97
Despesas representação	1.512,01	1.568,00
Ferramentas e utensílios	497,55	3.334,65
Livros e documentação técnica	253,38	114,17
Rendas e alugueres	0,00	11.000,00
Outros	70.940,28	86.349,29
Total	1.487.221,73	1.724.343,10

16. BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações Órgãos Sociais	26.943,02	19.860,36
Vencimentos e outros	2.028.923,46	2.307.502,76
Encargos sociais e pensões	496.899,22	550.534,05
Total	2.552.765,70	2.877.897,17

A rubrica "encargos sociais" para além da Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social, inclui gastos com a medicina no trabalho, formação, seguro de acidentes de trabalho, pessoais e pensões.

Relativamente aos empregados existem dívidas ativas referentes a abonos reembolsáveis indexados ao vencimento, as quais em 31 de dezembro ascendiam a 381.454,77 euros.

Número de pessoas ao serviço do Cofre:

Descrição	2018	2017
Dirigentes	8	12
Funcionários	112	131
Programa de estágio profissional IEFP	-	-
Estágio profissional a aguardar aprovação da candidatura pelo IEFP	-	-
Contrato de emprego e inserção IEFP	-	-
Contrato medida estímulo de emprego IEFP	-	1

17. OUTROS GASTOS E PERDAS

Descrição	2018	2017
Gastos em propriedades de investimento	86.223,03	72.611,16
Gastos de previdência social	1.556.454,46	1.350.921,59
Outros	38.753,18	102.256,91
Total	1.681.430,67	1.525.789,66

18. RENDIMENTOS E GASTOS POR ATIVIDADES

DESCRIÇÃO	Residências para sêniores/universitárias	Centros de férias	Propriedades de investimento	Outras operações com associados	Serviços centrais e de apoio às atividades	Total
RENDIMENTOS						
Vendas e Prestação de serviços	1.036.878,18	905.977,94			21.128,84	1.963.984,96
Quotização					3.572.773,60	3.572.773,60
Outros rendimentos			327.170,39	1.338.362,57	270.112,49	1.935.645,45
Total	1.036.878,18	905.977,94	327.170,39	1.338.362,57	3.864.014,93	7.472.404,01
GASTOS						
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		44.880,94				44.880,94
Fornecimentos e serviços externos	617.571,78	282.383,74			587.266,21	1.487.221,73
Gastos com o pessoal	917.209,84	403.731,03			1.231.824,83	2.552.765,70
Gastos previdência social					1.556.454,46	1.556.454,46
Gastos de depreciação e amortização	265.438,59	395.489,77	161.038,00		87.434,65	909.401,01
Provisões					2.059.537,74	2.059.537,74
Gastos de imparidade						0,00
Outros gastos			86.223,03		41.644,62	127.867,65
Total	1.800.220,21	1.126.485,48	247.261,03	0,00	5.564.162,51	8.738.129,23
RESULTADO 2018	-763.342,03	-220.507,54	79.909,36	1.338.362,57	-1.700.147,58	-1.265.725,22

DESCRIÇÃO	Residências para sêniores/universitárias	Centros de férias	Propriedades de investimento	Outras operações com associados	Serviços centrais e de apoio às atividades	Total
RENDIMENTOS						
Vendas e Prestação de serviços	854.073,49	853.092,46			27.934,94	1.735.100,89
Quotização					3.519.350,12	3.519.350,12
Outros rendimentos			302.211,81	1.459.121,95	617.215,61	2.378.549,37
Total	854.073,49	853.092,46	302.211,81	1.459.121,95	4.164.500,67	7.633.000,38
GASTOS						
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		44.398,04				44.398,04
Fornecimentos e serviços externos	580.883,78	318.616,72			824.842,60	1.724.343,10
Gastos com o pessoal	988.783,17	431.179,38			1.457.934,62	2.877.897,17
Gastos previdência social					1.350.921,59	1.350.921,59
Gastos de depreciação e amortização	301.638,42	452.092,46	160.061,66		96.832,06	1.010.624,60
Provisões					4.257.862,66	4.257.862,66
Gastos de imparidade						0,00
Outros gastos			72.611,16		103.792,02	176.403,18
Total	1.871.305,37	1.246.286,60	232.672,82	0,00	8.092.185,55	11.442.450,34
RESULTADO 2017	-1.017.231,88	-393.194,14	69.538,99	1.459.121,95	-3.927.684,88	-3.809.449,96

19. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras apresentadas foram autorizadas para emissão em reunião do Conselho de Administração em 04 de abril de 2019.

De referir que, não obstante tal autorização as demonstrações financeiras ainda serão objeto de aprovação em Assembleia-geral de sócios.

MAPAS COMPLEMENTARES

- DIFERENÇA ENTRE AS VERBAS ORÇAMENTADAS E AS DESPENDIDAS NO ANO 2018

- MAPA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E QUOTIZAÇÃO DE 2018

DIFERENÇA ENTRE AS VERBAS ORÇAMENTADAS E AS DESPENDIDAS
NO ANO DE 2018

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO		DESPENDIDO	SALDO
		INICIAL	RECTIFICADO		
01.01.03	Pessoal dos quadros - regime de função pública	1.430.500,00	1.430.500,00	1.294.648,78	135.851,22
01.01.04	Pessoal dos quadros - regime cont.indiv.trabalho	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.01.06	Pessoal contratado a termo	97.500,00	100.500,00	98.349,34	2.150,66
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	2.000,00	2.000,00	1.680,00	320,00
01.01.09	Representação	1.000,00	11.000,00	9.706,63	1.293,37
01.01.13	Subsídio de refeição	145.000,00	145.000,00	132.546,42	12.453,58
01.01.14	Subsídio de férias e de Natal	260.000,00	260.000,00	257.338,61	2.661,39
01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	3.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00
01.02.02	Horas extraordinárias	25.000,00	40.000,00	35.109,59	4.890,41
01.02.04	Ajudas de custo	1.000,00	2.000,00	1.788,29	211,71
01.02.05	Abono para falhas	6.000,00	6.000,00	3.986,01	2.013,99
01.02.06	Formação	10.000,00	10.000,00	4.480,50	5.519,50
01.02.07	Colaboração técnica e especializada	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.02.11	Subsídio de turno	49.000,00	51.000,00	50.660,27	339,73
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	7.500,00	17.500,00	15.868,03	1.631,97
01.02.13	Outros suplementos e prémios	197.500,00	197.500,00	144.624,18	52.875,82
01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie				
	A- Remunerações de corpos gerentes	25.000,00	26.000,00	25.510,29	489,71
	B- Outros abonos em numerário ou espécie	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.03.01	Encargos com a saúde	3.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00
01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	1.000,00	1.000,00	536,64	463,36
01.03.04	Outras prestações familiares	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.03.05	Contribuições para a segurança social	439.000,00	440.000,00	439.176,83	823,17
01.03.08	Outras pensões	38.000,00	38.000,00	37.310,00	690,00
01.03.09	Seguros	46.000,00	48.000,00	47.736,26	263,74
01.03.10	Outras despesas de segurança social	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	40.000,00	52.000,00	50.558,07	1.441,93
02.01.04	Limpeza e higiene	70.000,00	70.000,00	65.376,65	4.623,35
02.01.06	Alimentação - géneros para confeccionar	45.000,00	50.000,00	48.568,66	1.431,34
02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	10.000,00	10.000,00	684,74	9.315,26
02.01.08	Material de escritório	30.000,00	30.000,00	20.724,16	9.275,84
02.01.11	Material de consumo clínico	6.000,00	6.000,00	2.613,02	3.386,98
02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	5.000,00	5.000,00	2.600,24	2.399,76
02.01.17	Ferramentas e utensílios	10.000,00	10.000,00	487,44	9.512,56
02.01.18	Livros e documentação técnica	1.000,00	1.000,00	213,10	786,90
02.01.21	Outros bens	40.000,00	40.000,00	18.182,50	21.817,50
02.02.01	Encargos das instalações	221.000,00	231.000,00	227.877,81	3.122,19
02.02.02	Limpeza e higiene	60.000,00	60.000,00	53.040,99	6.959,01
02.02.03	Conservação de bens	170.000,00	210.000,00	208.264,42	1.735,58
	A transportar	3.505.000,00	3.617.000,00	3.300.248,47	316.751,53

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO		DESPENDIDO	SALDO
		INICIAL	RECTIFICADO		
	Transporte	3.505.000,00	3.617.000,00	3.300.248,47	316.751,53
02.02.09	Comunicações	180.000,00	196.000,00	195.710,13	289,87
02.02.10	Transportes	4.000,00	4.000,00	388,50	3.611,50
02.02.11	Representações dos serviços	5.000,00	5.000,00	1.020,01	3.979,99
02.02.12	Seguros	55.000,00	55.000,00	23.392,30	31.607,70
02.02.13	Deslocações e estadas	8.000,00	18.000,00	17.160,13	839,87
02.02.14	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	3.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00
02.02.15	Formação	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
02.02.17	Publicidade	5.000,00	10.000,00	7.566,15	2.433,85
02.02.18	Vigilância e segurança	5.000,00	10.000,00	8.798,52	1.201,48
02.02.19	Assistência técnica	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
02.02.20	Outros trabalhos especializados	425.000,00	487.000,00	485.365,04	1.634,96
02.02.25	Outros serviços	185.000,00	210.000,00	207.167,87	2.832,13
03.05.02	Outros juros	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
04.07.01	Instituições sem fins lucrativos	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
04.08.02	A-Subsídios por morte, de luto e funeral	600.000,00	700.000,00	688.390,52	11.609,48
04.08.02	B-Reembolsos de vencimentos perd.por doença	550.000,00	700.000,00	692.715,78	7.284,22
04.08.02	C-Rendas Vitalícias	75.000,00	105.000,00	101.248,69	3.751,31
04.08.02	D-Bolsas Sociais	35.000,00	35.000,00	33.975,00	1.025,00
04.08.02	E-Subsídios Sociais	5.000,00	5.000,00	1.050,00	3.950,00
06.01.00	Dotação provisional	610.000,00	0,00	0,00	0,00
06.02.01	Impostos e taxas	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
06.02.03	A-Restituições	6.000,00	6.000,00	1.644,23	4.355,77
06.02.03	B-Diversos	4.000,00	4.000,00	0,00	4.000,00
07.01.02	Habitações	150.000,00	150.000,00	8.550,00	141.450,00
07.01.03	Edifícios	650.000,00	650.000,00	0,00	650.000,00
07.01.04	Construções diversas	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
07.01.07	Material de informática	45.000,00	45.000,00	118,85	44.881,15
07.01.09	Equipamento administrativo	20.000,00	20.000,00	8.306,77	11.693,23
07.01.10	Equipamento básico	200.000,00	200.000,00	81.830,05	118.169,95
07.01.15	Outros investimentos	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
09.05.03	Soc. financeiras-Bancos e out.instit.financ. (c/prazo)	550.000,00	550.000,00	0,00	550.000,00
09.06.03	Soc. financeiras-Bancos e out.instit.financ. (m/prazo)	1.250.000,00	1.250.000,00	0,00	1.250.000,00
09.06.13	A-Propriedade resolúvel	3.000.000,00	3.000.000,00	1.339.058,76	1.660.941,24
09.06.13	B-Beneficiação em casa dos sócios	300.000,00	300.000,00	36.000,00	264.000,00
09.06.13	C-Subsídios reembolsáveis	5.500.000,00	5.500.000,00	3.609.860,24	1.890.139,76
09.06.13	D-Outros empréstimos ou adiantamentos	150.000,00	150.000,00	5.000,00	145.000,00
09.06.13	E-Emprést. p ^a construção e beneficiação, concedidos em anos anteriores - 2 ^a tranche e seguintes	20.000,00	115.000,00	111.530,53	3.469,47
12.01	Operações de Tesouraria - entrega receita Estado	1.000.000,00	1.000.000,00	953.900,86	46.099,14
12.02	Outras operações de Tesouraria	1.000.000,00	1.000.000,00	890.459,09	109.540,91
	Total	20.127.000,00	20.127.000,00	12.810.456,49	7.316.543,51

MAPA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E QUOTIZAÇÃO DE 2018

IDADE	Nº SÓCIOS	SUBSÍDIOS INSCRITOS	SUBSÍDIOS VENCIDOS	QUOTA ANUAL	IDADE	Nº SÓCIOS	SUBSÍDIOS INSCRITOS	SUBSÍDIOS VENCIDOS	QUOTA ANUAL
19	1	5.000	0	92,40	Transporte	24.749	90.967.854,45	90.505.221,69	2.384.086,32
20	1	5.000	0	98,40	63	1.454	3.877.579,28	4.198.424,25	131.153,64
21	2	10.000	0	158,40	64	1.495	3.815.822,50	4.130.334,36	131.736,12
22	2	10.000	5.100	201,36	65	1.465	3.512.583,76	3.802.713,25	121.996,08
23	2	10.000	0	208,80	66	1.515	3.148.441,65	3.414.608,48	110.707,20
24	4	18.250	9.225	315,48	67	1.547	2.964.799,77	3.215.755,76	104.666,16
25	6	28.250	14.325	536,76	68	1.424	2.684.446,96	2.902.788,95	95.824,32
26	5	25.000	10.400	535,92	69	1.129	2.129.688,50	2.326.054,04	76.900,68
27	13	59.750	37.965	1.170,24	70	1.110	1.920.159,45	2.103.532,51	70.210,56
28	20	91.250	69.648	1.602,72	71	954	1.543.981,46	1.712.138,24	58.590,00
29	26	109.750	84.310	2.258,16	72	910	1.353.895,67	1.487.444,53	50.907,36
30	27	116.375	63.025	2.259,96	73	842	1.133.097,32	1.244.525,52	42.330,72
31	37	161.500	150.989	2.960,88	74	726	948.425,68	1.075.393,17	36.135,24
32	61	270.375	235.098	5.082,72	75	653	745.495,32	822.360,89	28.276,44
33	78	340.125	304.731	6.488,16	76	606	690.201,73	771.215,66	25.505,04
34	95	405.400	354.782	8.093,88	77	579	540.825,91	602.892,40	20.009,40
35	149	652.550	583.796	12.862,20	78	573	503.642,15	559.894,51	18.643,68
36	160	686.025	620.264	14.197,32	79	610	448.577,27	485.676,35	14.899,56
37	180	768.050	676.554	16.045,56	80	569	377.496,15	409.508,96	12.335,64
38	255	1.088.604	973.459	22.433,28	81	543	313.820,48	339.243,01	10.753,08
39	318	1.357.390	1.214.558	27.987,24	82	564	317.856,34	343.347,87	10.194,24
40	375	1.581.703	1.416.804	32.274,48	83	550	304.463,39	336.807,41	9.792,00
41	567	2.377.762	2.203.896	49.544,04	84	505	238.809,65	254.087,86	6.393,12
42	677	2.852.250	2.700.714	60.489,36	85	469	226.340,42	246.001,05	6.836,16
43	749	3.104.762	2.853.829	64.196,64	86	471	203.374,70	217.037,06	4.755,60
44	862	3.525.573	3.326.826	76.777,68	87	413	155.324,24	161.763,73	3.450,12
45	874	3.606.174	3.491.683	80.385,00	88	374	140.604,51	146.220,96	2.546,40
46	825	3.399.894	3.292.527	76.483,56	89	284	105.051,06	108.846,91	2.184,36
47	878	3.601.035	3.572.766	82.466,88	90	247	93.016,37	95.216,06	1.608,36
48	834	3.448.853	3.398.714	81.570,36	91	205	71.170,30	73.087,68	1.284,00
49	775	3.207.220	3.162.181	78.114,84	92	157	55.514,52	56.412,35	969,96
50	833	3.381.864	3.335.154	84.278,16	93	151	53.513,74	54.461,45	954,36
51	830	3.298.606	3.288.761	84.428,04	94	124	42.063,19	43.808,98	788,76
52	981	3.857.854	3.855.367	103.659,72	95	87	30.157,23	30.157,23	474,00
53	1036	3.958.785	4.015.039	109.274,52	96	66	24.391,32	24.391,32	500,76
54	1087	4.093.681	4.184.746	111.767,40	97	33	9.331,01	9.331,01	365,76
55	1128	4.180.708	4.299.352	121.347,48	98	28	8.714,03	8.714,03	130,20
56	1217	4.260.998	4.364.811	124.392,24	99	10	2.229,64	2.229,64	33,36
57	1381	4.664.313	4.819.600	137.318,16	100	8	2.369,30	2.369,30	35,28
58	1594	5.195.958	5.387.388	155.491,80	101	13	3.162,39	3.162,39	47,16
59	1509	4.641.796	4.876.085	141.282,36	102	1	99,76	99,76	1,44
60	1476	4.506.420	4.711.447	142.186,68	103	1	199,52	199,52	3,00
61	1492	4.247.984	4.498.584	136.453,44	104	1	498,80	498,80	7,44
62	1327	3.755.017	4.040.719	124.313,64					
A transportar	24.749	90.967.854,45	90.505.221,69	2.384.086,32	Total	48.215	125.709.090,89	128.327.978,90	3.599.023,08

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

**COFRE DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES
DO ESTADO**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

EXERCÍCIO DE 2018

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado (a Entidade), que compreendem o balanço individual em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 69.590.048 EUR e um total de Fundos Patrimoniais de 45.852.699 EUR, incluindo um resultado líquido negativo de 1.265.725 EUR), a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração individual dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

De acordo com a Nota 11 do Anexo, existem Sócios com atraso no pagamento de prestações decorrentes de empréstimos à habitação e outros abonos proporcionados pelo COFRE, relativamente às quais têm sido reconhecidas perdas por imparidade na sua totalidade (quantia acumulada de 3.731.821 EUR em 31 de dezembro de 2018 e 3.471.821 EUR em 31 de dezembro de 2017). Às referidas prestações vencidas de capital e juros acrescem 1.567.000 EUR de capital vincendo. Desconhece-se em que medida as garantias reais existentes, constituídas pelos próprios imóveis, asseguram a realização integral de tais créditos, tendo em conta a inexistência de avaliações atualizadas dos respetivos imóveis.

Conforme divulgado nas Notas 3.1.1, a) e b), e 6 do Anexo, os ativos imobiliários do COFRE destinados ou afetos às atividades sociais e de lazer (ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento) encontram-se mensurados ao custo considerado deduzido das correspondentes depreciações, não existindo avaliações que permitam concluir, de forma inequívoca, em que medida possam existir perdas por imparidade não reconhecidas.

O COFRE celebrou, em 13 de novembro de 2015, um contrato promessa de compra e venda relativamente ao imóvel sito na Rua dos Sapateiros, com recebimento de sinal de 300.000 EUR, cujo contrato definitivo não foi concretizado face às vicissitudes entretanto verificadas, situação que suscitou o reconhecimento de provisão em montante igual ao do adiantamento recebido. Nesta data, encontra-se pendente uma ação administrativa no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa para execução específica do referido contrato promessa de compra e venda, não nos sendo possível pronunciar sobre o desfecho da operação e suas implicações financeiras.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais, exceto no que respeita à inexistência de informação sobre a ocorrência, ou não, de factos relevantes após o termo do exercício.

Lisboa, 10 de abril de 2019



RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.
representada por Dr. Gabriel Correia Alves, ROC

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No uso das competências conferidas pela alínea e) do art.º 104.º dos Estatutos do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado (Cofre), reuniu-se o Conselho Fiscal (CF) em 15 de abril de 2019, para elaborar parecer sobre o Relatório e Contas que nos foram presentes pelo Conselho de Administração (CA), relativas ao período de 2018.

1.1 – Ao longo do período, procedemos ao acompanhamento da gestão do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado, tendo tomado conhecimento da atividade desenvolvida, quer através da leitura das atas disponíveis das reuniões do Conselho de Administração, quer através de uma regular participação nas referidas reuniões, como estatutariamente nos compete.

1.2 – Consumámos as validações e controlos de previsão estatutária, nomeadamente através da análise e verificação dos documentos contabilísticos, bem como pela análise dos mapas que periodicamente nos são remetidos pelo departamento de contabilidade, designadamente o balancete, demonstração de resultados, resultados discriminados dos centros de lazer, residências seniores e residências universitárias e mapas comparativos dos gastos relativos a fornecimentos e serviços externos, despesas com o pessoal e outros gastos e perdas.

1.3 – Contactamos regularmente com o Departamento de Gestão Financeira e Cobrança, em especial com a sua coordenadora, Dra. Gisela Martins que, com competência, disponibilidade e rigor, sempre que necessário nos apoiou e a quem agradecemos toda a colaboração prestada.

1.4 – Fizemos a apreciação minuciosa do Relatório Anual dos Revisores Oficiais de Contas e da respetiva Certificação Legal de Contas, tendo analisado a opinião formulada e as reservas incluídas, elementos que reconhecemos como componentes de elevada relevância na conclusão do nosso parecer.

1.5 – Apreciamos o relatório de atividades, o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e o anexo que acompanha esses elementos, os quais se encontram elaborados em conformidade com as disposições legais aplicáveis e que, no essencial, refletem a posição dos registos contabilísticos e apresentam a posição financeira da Instituição, bem como o resultado das suas operações e fluxos de caixa.

1.6 – O balanço reportado a 31 de dezembro de 2018 apresenta um ativo total de 69.590.047,77 euros e um total de fundos patrimoniais de 45.852.698,52 euros, que inclui o resultado líquido negativo do período, de 1.265.725,22.

1.7 – Alicerçado no exame ao relatório de atividades e contas do exercício de 2018, o Conselho Fiscal conclui pelos seguintes realces:

1.7.1 – O resultado líquido verificado no período, ainda que se mantenha negativo, registou uma melhoria de cerca de 2.543.725 euros, face ao ano de 2017, essencialmente em resultado da adoção de práticas gestionárias adequadas às circunstâncias muito negativas em que reconhecidamente se encontrava o Cofre, ao significativo esforço e dedicação do Conselho de Administração, em particular do seu presidente Dr. António Marques, como pudemos testemunhar ao longo do ano, bem como pela adesão e competência dos seus funcionários.

1.7.2 – As melhorias verificadas estendem-se também ao desempenho dos equipamentos do Cofre, quando analisados individualmente, e são consequência não só do acréscimo dos seus proveitos, como também da diminuição das suas despesas. Evidenciamos essa melhoria no quadro que se segue:

		2016	2017	2018	variação 2017/2018
Residências Seniores	Loures	-516	-622	-522	16%
	Vila Fernando	-234	-249	-198	20%
Centros de Lazer	Vau	-64	-30	54	280%
	Santa Iria	-495	-363	-274	25%
Residências Universitárias	Lisboa	-43	-89	-20	78%
	Porto	-43	-58	-43	26%

(valores em milhares de euros)

1.7.3 – A receita das quotizações, não obstante um ligeiro decréscimo do número de sócios, cresceu cerca de 2% quando comparada com o exercício de 2017, conforme se verifica no quadro que se segue:

Receita quotizações			Variação 2017/2018
2016	2017	2018	
3 464	3 519	3 573	2%

(valores em milhares de euros)

1.7.4 – Fazer crescer o Cofre aumentando de forma significativa o número dos seus sócios será, porventura, o maior dos desafios dos anos vindouros, que terá de ter a participação e a colaboração de todos nós, dirigentes, trabalhadores e sócios em geral.

Na esteira do que vem verificando há alguns anos, e como atrás se referiu, o número de sócios do CPFAE decresceu, ainda que de forma pouco significativa, quando comparado com o ano de 2017, como se constata do quadro que se segue:

Número de sócios			Variação 2017/2018
2016	2017	2018	
48 973	48 659	48 215	-1%

1.8 – Por fim gostaríamos de agradecer ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Cofre por todo o apoio e colaboração que nos prestaram e que muito facilitou o desempenho do nosso trabalho.

2 – PARECER

Face ao exposto, somos de parecer que o Relatório e Contas, do período que terminou em 31 de dezembro de 2018, se ajustam às disposições legais, contabilísticas e estatutárias aplicáveis, reunindo as condições para serem aprovados pelos sócios.

Lisboa, 15 de abril de 2019

O Conselho Fiscal

Manuel Fernando Moreira de Sousa

José Manuel Amaral da Rocha

José Eduardo Mendes Grade



DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO

Transparência | Rigor | Proximidade | Responsabilidade Social



COFRE DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO

www.cofre.org